

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE NA INCLUSÃO SOCIAL

AS DIFICULDADES DE INCLUIR ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA
EM SALAS REGULARES

AUTOR: ADRIANO DA COSTA SILVA

ORIENTADORA: PROFA.MA.MARINA SILVEIRA LOPES.

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE NA INCLUSÃO SOCIAL

AS DIFICULDADES DE INCLUIR ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA
EM SALAS REGULARES

AUTOR: ADRIANO DA COSTA SILVA

ORIENTADORA: PROFA.MA.MARINA SILVEIRA LOPES.

Monografia apresentada como exigência para a obtenção do título de Especialista em Psicopedagogia com ênfase em inclusão, sob a orientação da Profa.Ma.Marina Silveira Lopes

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE NA INCLUSÃO SOCIAL

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADORA

Prof^a. Ma.Marina Silveira Lopes.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que me incentivou na realização deste curso.

Aos familiares e aos professores, que compartilharam com ideais deixo aqui a minha admiração e respeito.

Minha enorme gratidão as pessoas que envolvem meus caminhos e que chamo de amigos.

Agradeço àquelas que direta e indiretamente colaboraram para a conquista de mais uma etapa.

Acredito que se toda a vida pudesse ser resumida num só valor, diria: MUITO OBRIGADO!!!

A professora Marina Silveira Lopes por ter orientado na conquista deste trabalho, expresso os maiores agradecimentos e o profundo respeito, que sempre serão poucos diante do muito que foi me oferecido.

DEDICATÓRIA

A vida nos confronta, desafia, deixa marcas e lições. Nas travessias diárias, com ventos favoráveis ou não, sempre fica e sobram nas horas alegres, os instantes de plenitude porque somos responsáveis pelas grandes e pelas pequenas decisões que nos abrem os novos rumos da vida.

Hoje, não sei dizer senão, um obrigado a DEUS, o autor da vida, pela presença, constante em todos os momentos e circunstâncias da vida.

EPÍGRAFE

"O universalismo que queremos hoje é aquele que tenha como ponto em comum a dignidade humana. A partir daí, surgem muitas diferenças que devem ser respeitadas. Temos direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza."
(autor desconhecido)

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Anos de trabalho na Alfabetização.....p.40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Distribuição dos anos trabalhados na função de professor.....p.40

RESUMO

Este trabalho foi realizado devido à aparição de questionamentos feitos quanto a Inclusão de surdos em escolas comuns no Brasil, principalmente no que condiz a Alfabetização. O surdo tem como sua primeira língua, a Língua de Sinais (LIBRAS), necessitando de um período de maturação cognitiva (em seus primeiros anos), para somente depois iniciar um processo de bilingüismo propriamente dito, ou seja, usar de Libras e da Língua Oral. Por outro lado, as escolas brasileiras de ensino comum não estão capacitadas para receber crianças surdas, nem nos aspectos físico (salas, materiais), nem aos metodológicos e, ainda, pessoal (professores especializados e/ou intérpretes). Com base nesses dados resolvi trabalhar esse tema, pois a meu ver há necessidade de se montar uma infra-estrutura adequada, que atenda as diferenças da criança surda, a fim de incluí-la juntamente as crianças normais. Pois a diferença existe, mas é preciso que as autoridades reflitam melhor sobre o assunto, antes de criarem impasses significativos quanto à identidade e o processo de aprendizagem das crianças surdas no Brasil e no mundo, através do que chamam de Inclusão, numa educação para todos. Este estudo tem por objetivo comprovar que é possível incluir uma criança surda junto a crianças auditivamente normais. Pois incluir, no contexto do surdo, não significa apenas inserir numa sala de ensino comum, mas capacitar, ou seja, dar suporte ao profissional da Educação, a fim de que se respeitem as diversidades e atenda todas as suas especificidades.

Palavras – chave: Inclusão, surdez, capacitação, respeito às diferenças.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
CAPÍTULO 01	
1.0 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS DEFICIENTES AUDITIVOS.....	08
1.1. A EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL.....	11
CAPÍTULO 02	
2.0 DEFICIENTE AUDITIVO, SURDO OU SURDO-MUDO?	14
2.1 LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO PARA O DEFICIENTE AUDITIVO	17
CAPÍTULO 03	
3.0 BILINGUISMO E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO DOS DEFICIENTES AUDITIVOS	21
3.1 A INCLUSÃO DO ALUNO COM SURDEZ NO ENSINO REGULAR.....	23
3.2 ASPECTOS FAVORÁVEIS E DESFAVORÁVEIS DA FUNÇÃO DO INTÉRPRETE EM SALA DE AULA	27
3.3 O EDUCADOR APRENDENDO A ENSINAR COM IGUALDADE.....	28
3.4 O PRECONCEITO EXISTE, MAS CABE A CADA UM DE NÓS LUTARMOS PELA IGUALDADE.....	33
3.5 ÓRGÃOS COMPETENTES E LEIS BRASILEIRAS QUE AMPARAM O PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS.....	36
CAPÍTULO 04	
4.0 A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES A RESPEITO DA INCLUSÃO DE DEFICIENTES AUDITIVOS.....	39
4.1 METODOLOGIA.....	39
4.2 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS.....	39
CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS	53
ANEXOS.....	57

INTRODUÇÃO

As dificuldades de inclusão em alunos com deficiência auditiva é que a inclusão de crianças com deficiência auditiva sempre foi polêmica, mas recentemente ganhou um novo rumo em nosso país. Atualmente as crianças com deficiência auditiva não devem mais ser incluídas nas escolas especiais, precisam ingressar desde cedo em unidades comuns, com um intérprete que traduza todas as aulas para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) facilitando assim o seu convívio com crianças comuns e também devem participar do contra turno preenchido por atividades específicas para surdos.

Mas vale ressaltar que isso não acontece na realidade, pois ainda existem muitos impasses para haver a inclusão. Enquanto entidades do setor ainda denunciam a falta de estrutura para a implementação das regras, os docentes já começam a receber parte dessa nova clientela e estão criando formas próprias de trabalho - muitas com sucesso.

A inclusão de indivíduos portadores de necessidades especiais atualmente no Brasil é um desafio constante. Muitas inquietações surgem dentro deste campo de pesquisa. Estudos apresentam várias dificuldades e problemas que entravam o processo que tenta facilitar a inclusão dos deficientes auditivos do ponto de vista social. Essa monografia tem o intuito de apresentar bases teóricas e metodológicas de como o profissional da Educação deve fazer para que se possa desenvolver um trabalho voltado para o bem de todos.

Não é uma tarefa fácil nem exige uma formula correta para lidar com a situação nesse sentido destaca – se como variáveis a falta de comunicação oral que prejudica sensivelmente o aprendizado, como também a aplicação de metodologias não contextualizadas com a realidade sócio – cultural do aluno, ou seja, o professor deve estar preparado para atuar na área, buscando a comunicação oral em primeiro plano. Não se pode negar a falta de preparo da maioria dos professores que atuam nesta área. Do ponto de vista social, as dificuldades existem em função do despreparo dos educadores, precisam de capacitação, ou seja, cursos para desenvolver habilidades para se comunicar com essa criança.

Existe uma grande parcela de pessoas com necessidades especiais que vivem ainda no contexto da segregação, ou seja, ainda não foram ingressadas em escolas comuns. As barreiras humanas e sociais existem e impõem aos surdos

restrições ao exercício da cidadania plena, de uma vida digna e participativa. No entanto demanda de esforços do poder público, das associações e da comunidade em geral, no sentido de promover uma melhor qualidade de vida de forma igualitária e democrática.

Com base aos levantamentos bibliográficos percebeu-se que a inclusão representa, portanto um grande desafio para as escolas que estão sendo chamadas para levar em conta a ampla diversidade das características e necessidades dos alunos adotando um modelo nele centrado e não no conteúdo, com ênfase na aprendizagem e não apenas no ensino.

O princípio fundamental da escola inclusiva é de que os alunos sempre que possível devem aprender juntos independentemente de suas dificuldades ou diferenças. A idéia subjacente, nesse princípio é a de que as escolas devem se adequar a todos os alunos, qualquer que seja sua condição física, social, emocional, lingüística ou de outro tipo.

Nesse sentido cabe relatar que a Educação Especial, não pode mais ser olhada como um sistema paralelo à educação geral e sim dela faça parte como um conjunto de recursos pedagógicos e de serviço de apoio, que facilitem a aprendizagem de todos esses alunos incluídos no ensino regular.

Para a realização desta monografia usou-se caráter bibliográfico, onde autores como Kanner (1964), Sacks (1989), Mazzotti (1989), Rosa (2008), Senac-Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (2005) entre outros, analisam estas questões numa perspectiva de auxiliar os professores a atuarem com sensibilidade, comprometimento e respeito às diferenças, diante dos múltiplos obstáculos que permeia este âmbito. Também se utilizou uma pesquisa de campo onde alfabetizadores demonstram seu preparo ou despreparo enquanto a inclusão de crianças especiais com deficiência auditiva.

Essa monografia foi desenvolvida em quatro capítulos, dos quais, o primeiro deu um panorama completo sobre a História da Educação dos surdos no Brasil e no mundo.

No segundo capítulo, foi exposto qual seria o melhor termo para se utilizar se é: deficiente auditivo, surdo ou surdo-mudo e também como está acontecendo o ato de alfabetizar e letrar aos deficientes auditivos.

No terceiro capítulo, mostrou o bilingüismo e sua importância na educação dos deficientes auditivos, falar-se a sobre como esta acontecendo à inclusão dos

alunos com surdez no ensino regular, apresentara os aspectos favoráveis e desfavoráveis da função do intérprete em sala de aula e também proporcionará momentos para o Educador refletir sobre sua prática aprendendo a ensinar. Em sequência foi exposto os preconceitos existentes no quesito inclusão de deficientes auditivos e soluções para o professor extinguir esse preconceito em sala de aula e também, os órgãos competentes e leis brasileiras que amparam o portador de necessidades especiais.

No quarto capítulo, apresentamos a metodologia, a análise e discussões dos dados obtidos e também a concepção dos professores da instituição Wilma Calvi Battisti a respeito da inclusão de deficientes auditivos na sala de aula, foi utilizada durante a realização da pesquisa uma máquina fotográfica para os registros dos mesmos.

Logo após deu-se a conclusão e elencamos as referências para a elaboração e execução dessa pesquisa.

CAPÍTULO 1

1.0 HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DOS DEFICIENTES AUDITIVOS NO MUNDO

A história da inclusão no planeta, a cada dia se fortalece mais. No entanto discutir as questões da Educação Especial e da Educação Inclusiva no cenário brasileiro atual é uma tarefa complexa. Especialistas vêm mostrando que a inclusão é necessária e que a troca de experiências, informações e conhecimento, só tem valor se for repassado. Na maioria dos casos a inclusão do aluno portador de deficiência auditiva requer a presença de um professor que colabore dentro da sala de aula de modo que favoreça o progresso e a aprendizagem.

De acordo com leituras e observando a trajetória histórica do ontem e o processo hoje, a história da humanidade foi testemunha de como as pessoas com deficiência foram excluídas da sociedade. Durante os séculos X a XIa.C, as leis permitiam que os recém-nascidos com sinais de debilidade ou algum tipo de má formação fossem lançados fora. Antigamente as crianças que nasciam com alguma deficiência eram deixadas nas estradas para morrerem. Diante da literatura antiga, a Bíblia faz referência ao cego, manco e ao leproso como pedinte ou rejeitados pela sociedade.

Kanner (1964, p.5), relatou que "a única ocupação para os retardados mentais encontrados na literatura antiga é a de bobo ou de palhaço, para a diversão dos senhores e de seus hóspedes". De acordo com o autor as pessoas com deficiências mentais não tinham nenhuma utilidade na época e com a expansão do comércio os deficientes passaram a ser um peso para a sociedade, teriam que serem ingressados na sociedade, mas não haviam sido adaptados para o trabalho, então como ingressá-los?

Sobre a educação de deficientes auditivos naquela época não havia notícia. A surdez era uma deficiência insignificante, as crianças eram consideradas irracionais, obrigadas a fazerem os trabalhos mais desprezíveis, viviam sozinhas e abandonadas na miséria. Eram considerados pela lei da época como imbecis. Não tinham direito a uma educação de qualidade e também eram sacrificados, não recebiam comunhão nem heranças e ainda havia sanções bíblicas contra o casamento de duas pessoas surdas. Ou seja, havia um grande preconceito existente contra pessoas deficientes.

De acordo com Rosa (2008, p.177)

As pessoas que nasciam surdas não poderiam ser educadas, por serem comparadas aos idiotas, absolutamente incapazes para a prática de atos da vida acadêmica. Dessa forma os surdos foram excluídos da sociedade “sem voz e nem vez” por não terem mesmo como se defender, pois não possuíam uma linguagem reconhecida e respeitada que proporcionasse a valorização de sua comunicação e expressão.

No entanto com o passar os anos, a igreja passa a condenar o infanticídio, fornecendo a idéia de atribuir a causas sobrenaturais as anormalidades existentes nas pessoas. É importante ressaltar segundo a autora Rosa (2008) que até o início da Idade Moderna não havia notícias de experiências educacionais com crianças surdas. O deficiente auditivo, no entanto era visto como “um ser irracional, primitivo, não educável, não cidadão; pessoas castigadas e enfeitiçadas, como doentes privados de alfabetização e instrução”.(ROSA, 2008, p.177).

“Muitos surdos foram excluídos somente porque não falavam o que mostram que para os ouvintes, o problema maior era a surdez, propriamente dita, mas sim a fala da fala” (FELIPE, 2001, p.131).

Segundo Rosa (2008, pág.177)“Os deficientes auditivos não tinha nenhum direito a educação”, se fosse possível definir o comportamento humano naquela época diria que era cruel e desumano, pois as diferenças existem, mas temos que aprender lidar com elas de maneira adequada sem preconceitos, assim como os alunos comuns os deficientes auditivos também têm direito a educação de qualidade. Ainda de acordo com a autora a idéia que se fazia de uma criança portadora de necessidades auditivasnaquela época era de “piedade, puro preconceito e tamanha ignorância” Rosa (2008, pág.177).

LOPES (2007, p.12) afirma esses fatos dizendo que

nos séculos XVI, XVII e XVIII, os surdos eram vistos como incapazes de comunicação e, portanto, incapazes de pensamento – condições atribuídas ao humano. O acesso a relação comunicativa com o outro, pela descrença em sua capacidade humana, era-lhe negado. É fácil compreendermos que daí resultou o entendimento de que a condição de animalidade colocada para os surdos relegava-os a posição de anormalidade.

De acordo com leituras realizadas pode se ver que na Espanha a partir do século XVI, com a influência da ciência e da tecnologia, iniciou – se a educação para pessoas surdas. Muitos métodos foram desenvolvidos a partir dos gestos e

chegavam à escrita e a fala. Outros ainda que pela escrita chegasse à expressão oral, pois se “acreditava que o surdo deveria desenvolver e corrigir os valores da fala para ter condições de adquirir uma boa pronúncia e aprender a falar como os ouvintes, assim como também desenvolver a percepção auditiva, trabalhando a emissão de alguns fonemas com auxílio do tato para melhoria da linguagem adquirida”. (ROSA, 2008, p.178).

Relatos nos mostram que em 1620, foi publicado o primeiro livro sobre educação de surdos da autora Danielle Bouvet, em de 1960, que consiste no aprendizado do alfabeto manual e na importância da intervenção precoce, pois acreditava que as pessoas envolvidas com uma criança surda fossem capazes de utilizar o alfabeto manual.

De acordo com o autor SACKS (1989, p.34) “Em 1756 surgiu em Paris o Abbé de L'Epeé a primeira escola para crianças surdas, onde foi utilizada a língua de sinais, uma combinação dos sinais com a gramática francesa, com o objetivo de ensinar a ler, escrever, transmitir a cultura e dar acesso à educação”.

Aproximadamente por cem anos predominou o então chamado “Império Oralista” que segundo Silva (2008, p.27) “foi baseado na forma escrita de uma linguagem fonte- principal acompanhada de leitura labial e da fala articulada” e no ano de 1971, no congresso Mundial de Surdos em Paris que a Língua de Sinais passou a ser valorizada. Mesmo assim por outro lado algumas pessoas a viam como prejudicial aos surdos.

ROSA (2008 p.178) ressalta que:

No ano de 1975, por ocasião do congresso seguinte, realizado em Washington, já era evidente a conscientização de que um século de oralismo dominante não serviu como solução para a Educação de surdos surgindo então o sistema de comunicação gestual através da Comunicação Total (Uso concomitante da língua oral e sinais). A Comunicação Total não atingiu a necessidade das pessoas surdas porque não existia o enfoque da “Identidade surda” , tinha apenas o objetivo da comunicação. Portanto, constatava-se que o surdo dentro desse processo era subeducado, visto que ainda baseava-se no oralismo.

De acordo com o livro Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão da autora Rosa (2008) no século XIX, os Estados Unidos se destacam na educação de surdos utilizando a ASL (Língua de Sinais Americana), com a influência da língua de sinais francesa trazida por Laurent Cler, um professor surdo francês, discípulo do Abad Sicard, seguidor de L'Epeé fundando junto com Thomas Gallandet, a primeira

escola americana para surdos em 1864, sendo esta de grande importância na história da Educação dos deficientes auditivos que passam então a ter direito a Educação assim como as crianças designadas normais.

Sendo assim, Rosa (2008) relata que a partir de 1880 e até a década de 1970 do século XX, em todo o mundo a educação dos surdos foi seguindo e se conformando com a orientação oralista. De lá pra cá com o avanço da tecnologia surgem às próteses auditivas e os aparelhos de ampliação cada vez mais potentes, possibilitando ao surdo a aprendizagem da fala através de treinamento auditivo.

Conforme Mazzotti, (1989, p.38), “a escola aparece como sendo produtora de homens educados. Tendo como certo que a educação escolar constitui-se no único caminho seguro para a realização da educação dos cidadãos”.

Desde a criação da primeira escola de surdos várias tendências surgiram, algumas apontando concepções por vezes contraditórias quanto a melhor forma de educar o Surdo. As mudanças aconteceram gradativamente obedecendo aos interesses, valores e crenças de cada época.

A partir das pesquisas de Danielle Bouvet (1960), houve uma mudança no processo educacional do surdo, onde o bilingüismo passou a ser utilizado e respeitado até o momento atual, valorizando assim a sua cultura e forma de comunicação.

1.1 A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

Para Rosa (2008) foi possível ver que a história da educação dos deficientes auditivos iniciou-se com a criação do Instituto de Surdos-Mudos, que atualmente é o Instituto Nacional de Educação de surdos (I.N.E.S.), que foi fundado em 26 de setembro de 1857, pelo professor surdo francês Ernest Huet, que veio ao Brasil a convite do Imperador D. Pedro II para trabalhar na educação de surdos, visando uma educação igualitária.

No início, de acordo com Rosa (2008, p. 181)

“os deficientes auditivos eram educados por linguagem escrita, articulada e falada, datilografia e sinais. A disciplina Leitura sobre os Lábios estaria voltada apenas para os que apresentassem aptidões e a desenvolver a linguagem oral. Assim se deu o primeiro contato com a Língua de Sinais Francesa trazida por Huet e a língua dos sinais utilizada pelos alunos”.

Vale ressaltar que antigamente o trabalho com deficientes auditivos era realizado pelos professores comuns através da oralidade, não havia, entretanto especialistas trabalhando nesta área, ainda hoje existem escolas que não tem professores capacitados que possam trabalhar com esses alunos individualmente, oferecendo a Libras como algo imprescindível nessa aprendizagem, mas podemos verificar também a preocupação existente dos governantes para que a inclusão realmente aconteça de maneira prazerosa.

Nesse sentido a Declaração de Salamanca (1994, p. 15) diz que

[...]a expressão “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam a deficiências ou dificuldades escolares. [...] Neste conceito, terão que se incluir crianças com deficiências ou superdotados, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidas ou marginais.

Segundo a Constituição Brasileira, em seu artigo 208, fica também garantido "O atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". A lei nº 9394/96, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional procurando trazer a garantia de "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino".

Segundo o texto constitucional, na concepção da lei, a "educação especial" é definida no artigo 58, como "a modalidade de educação escolar na rede regular de ensino, para educando portadores de necessidades especiais." Nesse caso, porém, temos um detalhamento de como este processo, em teoria, deveria ocorrer.

Segundo o texto constitucional, na concepção legal

Art. 59 – Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II – Terminalidade específica para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos na classe comuns;

IV – Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho;

V – Acesso igualitário, aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996,p.19).

Mesmo com o amparo das leis ainda é preciso que a sociedade se conscientize que é preciso lutar, participar das políticas comunitárias dentro das escolas, das clínicas, dos órgãos públicos buscando mudanças as políticas educacionais existentes. A lei fala preferencialmente e não exclusivamente, dificultando um pouco o acesso dos surdos na educação. Pois muitas vezes os profissionais da área de educação não sabem, e tem medo de enfrentar o desafio.

Para Sassaki (1997, p.150)"É preciso rever toda a legislação pertinente à deficiência, levando em conta a constante transformação social e a evolução dos conhecimentos sobre a pessoa deficiente."

Vale ressaltar que o preconceito contra os deficientes auditivos existem e que a sociedade deve rever seus conceitos levando em conta a constante transformação social, busca se um mundo com igualdades com Educação de qualidade para todos, respeitando a individualidade de cada criança e valorizando seu potencial.

CAPITULO 2

2.0 DEFICIENTE AUDITIVO, SURDO OU SURDO-MUDO?

A FENEIS - Federação Nacional dos Surdos (1997, p.36), “o surdo - mudo é a mais antiga e incorreta denominação atribuída ao surdo, e infelizmente ainda utilizada em certas áreas e divulgada nos meios de comunicação”.

A sociedade inclusiva quer eliminar as barreiras entre os sistemas sociais e aqueles excluídos por sua cor, deficiência, idade, condições econômicas e sociais. O fato de uma pessoa ser surda não quer dizer que ela seja muda, a mudez é outra deficiência, no entanto essa pessoa tem direitos como todos a uma educação de qualidade, ou seja, o deficiente auditivo é aquele que não participa de Associações e ainda não sabe a Libras. O surdo é, no entanto aquele aluno alfabetizado e tem a Libras, como sua língua materna.

Loureiro e Santos (2002, p.14) diz que a pessoa surda

“é o indivíduo em que a audição não funciona para todos os sons e ruídos ambientais; a audição, no entanto, apresenta altos graus de perda prejudicando a aquisição da linguagem e impedindo a compreensão da fala através do ouvido, com ou sem aparelhos necessitando de próteses auditivas altamente potentes. Temos também o hipoacusia auditiva termo usado para designar a perda parcial de audição, sendo mais freqüente nos idosos”.

Rosa (2008,p.46) relata que “A deficiência auditiva significa uma perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da audição e pode - se manifestar como surdez leve/moderada (perda de até 70 decibéis) e surdez severa profunda (perda acima de 70 decibéis)”.

Entende-se que a surdez consiste na perda maior ou menor, da percepção normal dos sons, e através desses fatos que percebemos a existência de vários tipos de portadores de deficiência auditiva e de acordo com diferentes graus da perda da audição e do local do ouvido em que está o problema, mas a pessoa só é considerada deficiente auditiva se for diagnosticada pelos especialistas a perda nos dois ouvidos.

Ferreira (1998) alega que a audição é o sentido por meio da qual se percebem os sons. E quando isso acontece usualmente denominam-se essas pessoas de surdas ou deficientes auditivos como já fora explicado acima.

A Educação Inclusiva além de contribuir para a socialização de alunos portadores de necessidades educacionais especiais traz também um favorecimento do desenvolvimento físico e psíquico dos alunos e faz com que as crianças aprendam a conviver e a respeitar as diferenças dos seres humanos no seu dia a dia.

Na perspectiva de Oliveira et.al. (2002) a surdez é considerada atualmente um verdadeiro problema de saúde pública devido não só a sua elevada prevalência, mas, sobretudo as múltiplas conseqüências que acarreta sobre os mais variados primos, a luta das pessoas com deficiência auditiva pelos seus direitos desperta para o tipo de sociedade que queremos, ou seja, uma sociedade sem preconceito e com igualdades de direitos a todos.

Rosa (2008, p.46 - grifo-nosso) relata que existem duas modalidades de surdez estas serão explicadas por ela logo abaixo:

Surdez parcial

- Portador de surdez leve – apresenta perda auditiva de até 40 decibéis e não percebe todos os fonemas da palavra da mesma forma. A voz fraca ou distante não é ouvida. Este aluno é comumente considerado desatento, porque solicita freqüentemente a repetição daquilo que lhe falam. Esta perda auditiva não impede a aquisição normal da linguagem, mas poderá acarretar problemas na articulação das palavras ou dificuldades na leitura ou na escrita.
- Portador de surdez moderada – apresentam perda auditiva entre 40 e 60 decibéis, limites que se encontram no nível da percepção da palavra, sendo necessária que a voz tenha certa intensidade para que seja conveniente percebida. O atraso na aquisição da linguagem e as alterações articulatórias provocam, em alguns casos, maiores problemas lingüísticos. Este aluno tem maior dificuldade de discriminação aditiva em ambientes ruidosos, identifica as palavras mais significativas, mas tem dificuldades em compreender certos termos ou frases gramaticais mais complexos.

Surdez severa

- Portador de surdez severa – apresenta perda auditiva entre 70 e 90 decibéis. Este tipo de perda vai permitir que o aluno identifique alguns ruídos familiares e poderá perceber apenas a voz forte. Pode chegar até os quatro ou cinco anos sem aprender a falar. A compreensão verbal vai depender, em grande parte, da aptidão para utilizar a percepção visual e para observar o contexto das situações.
- Portador de surdez profunda – apresenta perda auditiva superior a 90 decibéis. A gravidade dessa perda é tal, que o individuo fica privado das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir a linguagem oral. Um bebê que nasce surdo balbucia com um de audição normal, mas suas emissões começam a desaparecer à medida que não tem acesso à estimulação auditiva externa, fator de máxima importância para a aquisição da linguagem oral.

São fatores importantíssimos que irão determinar diferenças em relação ao tipo de atendimento que devera ser prescrito para o educando. O educador e a família do deficiente auditivo devem ficar atentos ao grau de perda auditiva e ao comprometimento lingüístico, buscando informar ao especialista a época em que ocorreu a surdez e a idade em que começou a ser atendido pela Educação Especial, pois quanto maior for à perda auditiva, maiores serão os problemas lingüísticos e maior será o tempo em que o aluno precisara receber atendimento especializado.

De acordo com ROSA (2008, p.46)

A redução ou perda total da audição pode ser provocada por causa como traumas mecânicos (perfuração por objetos introduzidos no ouvido, acidentes de transito, doenças etc.) pela exposição a barulho excessivo ou por doenças congênitas ou adquiridas. Como causas adquiridas podem citar: corpos estranhos, otites, tampões de cera,, perfurações timpânicas, obstrução da trompa de Eustáquio, envelhecimento a partir dos 50 anos, traumatismo, intoxicações (uréia, colesterol, ácido úrico etc.) doenças infecciosas (febre, sífilis, caxumba, sarampo) distúrbios glandulares, deficiência de vitamina D.

Até porque, deverão ser adotadas maneiras diferentes de ensino e adaptações de acesso ao currículo, caracterizados pela utilização de linguagem e códigos aplicáveis, assegurando os recursos humanos para o atendimento e os conteúdos que os alunos necessitam, para que não sejam excluídos do ensino regular. Um aluno com deficiência auditiva moderada pode ser beneficiado de acordo com a autora Rosa (2008) com a utilização de próteses otofônicas¹.

Nesse caso a Língua Brasileira de Sinais é “uma alternativa que possibilita a integração entre o professor e o aluno e os processos de ensino e aprendizagem. Quanto mais efetivo é o acesso da criança surda a libras, melhores chances ela tem de fazer uma apropriação mais consistente da escrita”. Peixoto (2006, pág.205)

O professor deve estar atento a deficiência do aluno e ajudá-lo no que for preciso, tornam se importantes para sua formação profissional, o conhecimento da

¹São equipamentos de amplificação sonora individual, portátil para que a pessoa com deficiência auditiva possa receber os sons e desenvolver a função auditiva. Os AASI – aparelhos de ampliação sonora individual, são compostos de microfones receptor, amplificador e molde de adaptação individual. (ROSA, 2008,p.48).

² Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão. Autora Suely Pereira da Silva Rosa. Ano de Ed.2008 Curitiba;IESDE Brasil S.A.

Língua Brasileira de Sinais, para obter um bom resultado com alunos portadores de deficiência auditiva.

Na sequência falaremos sobre a importância do letramento e da alfabetização para portadores de necessidades auditivas.

2.1. Letramento e Alfabetização para o Deficiente Auditivo

A alfabetização sempre foi um grande problema para os alunos com deficiência auditiva pelo fato de ser “desenvolvida num ambiente onde a fala e suas representações são o ponto base desse processo. Dessa maneira o aluno com surdez fica limitado devido a sua impossibilidade auditiva frente ao oralismo por ter um domínio precário da língua oral”. (ROSA, 2008, p.216).

No ato de alfabetizar além de se apropriar do sistema linguístico e interagir significativamente nas práticas sociais, os alunos precisam compreender o texto para que sua leitura seja contextualizada. O educador deve despertar esse interesse por meio de “brincadeiras, jogos, recursos visuais/gestuais, movimentos, localizações e discussões prévias do assunto que facilitarão a interação entre o texto e a realidade do aluno com surdez”. (ROSA, 2008, p.216).

Com os estudos bibliográficos que fiz e principalmente o de Soares (2004 p.35), compreende-se que, desde que nascemos começamos a nos letrar, a adquirir conhecimentos, leitura de mundo. Esses conhecimentos são adquiridos através da linguagem não verbal, no entanto, quando entramos na escola é que vamos nos alfabetizar, aprender a escrever.

A qualidade de informações que chegam a esse aluno seja no processo de leitura ou da produção de um determinado texto dependerá muito do estímulo utilizado pelo professor assim como do conhecimento real em que o surdo convive linguisticamente.

Para Farias(2006), é na segunda metade dos anos 1980 que essa palavra surge no discurso de especialistas das Ciências Linguísticas e da Educação, como uma tradução da língua *literacy*. Sua tradução se faz na busca de ampliar o conceito de alfabetização, chamando a atenção não apenas para o domínio da tecnologia do ler e escrever (codificar e decodificar), mas também para os usos dessas habilidades em práticas sociais em que escrever e ler são necessários.

Soares (1998,p.74) “letramento é o estado daquele que não só sabe ler e escrever, mas que também faz uso competente e freqüente da leitura e da escrita e, que, ao tornar-se letrado muda seu lugar social, seu modo de viver na sociedade e sua inserção na cultura”.

No caso dos portadores de deficiência auditiva, o letramento possui significado através da língua brasileira de sinais, por isso a importância de se ter um interprete em sala de aula, pois o mesmo deve viabilizar o acesso ao conhecimento fazendo com que o mesmo aprenda no contexto em que esta inserido, tendo acesso as suas particularidades para que possa desenvolver atitudes reflexivas e criativas.

Percebe-se que para o desenvolvimento do letramento no processo educacional dos deficientes auditivos, os materiais com recursos visuais devem ser utilizados para facilitar a compreensão do conteúdo proposto.

Bueno (2001,p.14) em seu dicionário coloca que o significado da alfabetização é “ação de alfabetizar, o ensino da leitura e da escrita”. E Alfabetizar é “ensinar a ler”. Assim, alfabetizar um indivíduo é fazer com que ele aprenda a ler e escrever, ou seja, ele reconhece as letras que irão formar as palavras formando uma frase ou texto, mas não questiona a utilização dessas palavras em diferentes contextos.

O processo de alfabetização trabalha com a decodificação de letra e som, o que não tem sentido para o deficiente auditivo, já que ele é privado de audição. No letramento trabalha – se a letra, a leitura e a escrita relacionada com as práticas sociais, onde os símbolos no contexto visual dão significados às palavras.

Farias (2006, p.71) relata que letramento é, pois

o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever , bem como o resultado da ação de usar essas habilidades em práticas sociais, é o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da língua escrita e de ter-se inserido num mundo organizado diferentemente: a cultura escrita.

Vale ressaltar que o individuo portador de necessidades especiais deve ser respeitado como um cidadão comum.

Rosa (2008,p.194) afirma que para os

Os deficientes auditivos utilizam da experiência visual para a percepção do mundo a sua volta como, por exemplo, a leitura dos movimentos de lábios de um interlocutor articulando palavras e frases. Mas o principal aspecto da cultura do deficiente auditivo é a Língua de Sinais. Esta língua pode ser

utilizada por grupos mais abastados, como por surdos que possuem “sinais caseiros”, aqueles próprios criados para a comunicação com familiares ou grupos de surdos que não conheçam ou não tenham a oportunidade de aprender a Libras. Sendo assim, fazem uso do déutico, que é quando o surdo aponta para algo que quer mostrar, ou usa sinais próprios.

Percebe-se aqui a importância da comunicação labial para facilitar o convívio em geral.

As pessoas interessadas em conhecer ou ficar mais próximo do deficiente auditivo devem visitar ou frequentar comunidades surdas, como as associações, escolas de surdos, igrejas, seminários, teatros eventos esportivos a qual os mesmos frequentam. O mais importante é conviver com o sujeito surdo em situações diversas, tanto formais quanto informais, além de conhecer e respeitar de forma harmônica as diferenças culturais existentes.

Paulo Freire (1991,p.11) retrata isso quando diz “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Acrescento que a partir dessa leitura de mundo, o aluno com Necessidade auditiva realiza a leitura da palavra, ou seja, a leitura pelo gesto.

Para Omote (2004, p.07), “é necessário chegar ao ponto em que algumas ações na prática pedagógica deixem de ocupar um lugar comum, no qual encontramos pessoas com idéias vazias que, em parte, revestem-se de propostas humanitárias”. O autor complementa essa idéia ao dizer que, “na escola, precisamos de profissionais que tenham clareza do seu atuar pedagógico enquanto professor bem formado, e não apenas com a intencionalidade de ser aquele professor bonzinho com o aluno diferente”. (OMOTE,2004,p.07).

O autor apresenta três idéias que tentam representar as pessoas com necessidades especiais como se fossem iguais a todo mundo:

(1) todas as pessoas apresentam diferenças umas em relação as outras, fazendo crer, que mesmo as mais graves patologias são apenas diferenças quaisquer; (2)a ocorrência de anomalias faz parte da vida normal das pessoas (ser diferente é normal) e (3) a convivência entre o deficiente, com ênfase no ato de aprenderem juntas, fazendo crer que o simples fato de estarem juntos é necessário e bom para todos (OMOTE, 2004,p.07).

Os deficientes auditivos precisam ter domínio da Libras em todos seus aspectos pra depois poder internalizar os processos básicos para sua comunicação através da Língua portuguesa.

Quadros (1997, p.45) mostra que“os textos apresentados aos alunos surdos devem ser textos verdadeiros, ou seja, não se simplificam os textos que existem,

mas se apresentam textos adequados a faixa etária da criança, por isso os contos e histórias infantis são muito apropriados nas séries iniciais do ensino fundamental”

O que importa é o texto fazer sentido para a criança no contexto da sala de aula e para a sua vida, ou seja, os textos devem ser voltados a realidade social vivenciada. Nesse sentido a escola deve garantir a integração desse aluno com surdez, pois é nesse espaço que ele se relacionará com o novo mundo onde a Libras será o canal de acesso na aquisição da Linguagem.

De acordo com o SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (2005, p.152) “A meta da Organização das Nações Unidas (ONU) era que o mundo esteja vivendo como uma sociedade inclusiva até 2010”. Ou seja, impôs a sociedade preconceituosa um grande desafio.

Aos poucos estamos evoluindo, com isso é preciso alfabetizar e letrar o surdo em Libras, para que ele adquira habilidades na escrita do Português e vá além da mera decodificação.

O capítulo seguinte abordará a importância do bilinguismo na Educação de portadores de necessidades auditivas.

CAPITULO 3

3.0 BILINGUISMOS E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO DOS DEFICIENTES AUDITIVOS

Na educação do deficiente auditivo o ideal é que se utilize o bilinguismo, onde estão inclusas duas línguas de acordo com Rosa (2008, p.184) “a Língua de Sinais local e a língua escrita paralelamente a língua oral majoritária, facilitando desta forma a auto-estima individual e grupal. Para que isso ocorra faz-se necessária a presença de professores bilíngües, ou seja, professores que dominem a Língua Brasileira de Sinais além da Língua portuguesa”.

Percebe-se aqui que as escolas devem estar preparadas para a Educação do deficiente auditivo e oferecer suporte aos professores. Os surdos estão inseridos em duas comunidades eles precisam ter contato com as duas línguas mantendo o bilingüismo social e isso proporcionará um maior desenvolvimento.

Felipe (1983, p.8) nos diz que

a comunidade surda não é um ambiente onde se encontram pessoas surdas consideradas "deficientes", que têm problemas de comunicação: mas tem um lugar onde há participação e articulação política do surdos que se organizam em busca de melhorias e lutam por seus direitos cidadania e também por seus direitos lingüísticos [...]

Para os surdos o ensino deve ser baseado na visão e não na audição. Ao trabalhar com o surdo, devemos usar materiais de visualização, como: quadro, leitura labial, entre outros.

O educador deve procurar passar o conteúdo mais importante, solicitando sempre a participação dos pais na educação do filho, utilizar a escrita como forma de passar as informações, colocar no grupo de trabalho pessoas que tenham mais disponibilidade e paciência, estar sempre na busca de aprender alguns sinais básicos da Língua Brasileira de Sinais, buscando sempre melhorias para a Educação.

Ter disponibilidade e acreditar que o deficiente auditivo tem capacidade de se comunicar assim como os demais alunos, aceitar sua escrita e lembrar que ela

somente tem dificuldades no comunicar, mas apresenta capacidade e vontade de aprender.

Já Fernandes (2008, p.22) argumenta que ao nos dirigirmos a um deficiente auditivo devemos

falar de frente e usar frases curtas, com o tom de voz normal e articulando bem as palavras, não usando muitos gestos e nem qualquer objeto na boca. Podendo assim permitir que ele faça a leitura labial. Devemos ser expressivos, demonstrando sentimentos, tocar delicadamente a pessoa e ao mudar de assunto, avisar.

Caso o educador perceba que a comunicação não esteja sendo compreendida pelo aluno com surdez, use outra forma de comunicação, como a escrita, o desenho e objetos. “A lei dá abertura para as adaptações curriculares, podendo assim todo o sistema educacional adaptar sua metodologia para atender a todos sem distinção.” (FERNANDES,2008,p.22).

Conforme o Livro Transversalidade e inclusão: desafios para o Educador (2005) escrito pelas autoras, Carneiro, Abaurre e Serrão:

A reflexão a cerca das diferenças já acontece há algum tempo, e esta é constante e plena evolução. A preocupação da sociedade com a inclusão das minorias surgiu a princípio bastante vinculada aos movimentos de pessoas com deficiências e seus parentes reunidos em grupos organizados, estendendo-se aos demais grupos considerados portadores de diferenças. Foi quando se começou a despertar para as dificuldades que as pessoas com deficiência sempre tiveram para usufruir sua cidadania... Porque, mesmo em casos em que não necessitam de atenção especializada, aos portadores de deficiência muitas vezes foi negado o acesso a Educação e outros direitos, em virtudes dos preconceitos (p.151).

Algumas estratégias são de competência de instâncias político-administrativas superiores e por isto denominam-se adaptações curriculares de grande porte como, por exemplo, a construção de rampas, construção de banheiros adaptados entre outras. As outras, com modificações menores, são de competência do professor em sua sala de aula, tem a denominação de adaptações curriculares de pequeno porte.

Essas estratégias e adaptações vêm facilitar a aprendizagem. Conforme Sassaki (1997, p.117), "essa preparação deverá ocorrer em sala de aula, em setores operacionais da escola e na comunidade. Deverá haver ação conjunta do diretor e dos professores da escola, das autoridades educacionais, dos líderes do movimento dos portadores de deficiência e representantes da comunidade".

Fernandes (2008, p.22) aponta que o bilingüismo é um aporte lingüístico em que “duas línguas coexistem na mesma comunidade (social) ou em que o individuo apresenta competência gramatical e comunicativa em mais do que uma língua, é o conhecimento e uso regular de duas ou mais línguas”.

Até porque, acredita-se que a “educação bilíngüe é a melhor para o deficiente auditivo, pois quando se tem acesso ao que é ensinado oralmente por meio da Língua de Sinais, estabelece-se conseqüências positivas no desenvolvimento da criança”. (ROSA, 2008, p.184). Sendo assim não só a escola se torna inclusiva, mas toda sociedade contribuindo com a inclusão e desenvolvendo juntas; escola e sociedade a criatividade, flexibilidade, sensibilidade, técnicas de parcerias para um futuro melhor.

3.1 A Inclusão do aluno com surdez no Ensino Regular

Ao pensar em inclusão, parte-se do pressuposto de que o deficiente auditivo esta inserido neste contexto por seu envolvimento com crianças e adultos através das relações sociais e culturais.

Na constituição federal de 1988, citada na política educacional Especial na perspectiva da Educação Inclusiva nos respalda o acesso ao atendimento educacional especializado, no seu artigo 206, inciso I, estabelece que “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante como dever do Estado, a oferta do atendimento especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art.208). (BRASIL, 2008, p.07).

E, também cita a Lei de Diretrizes e Base - LDB 9.394/96, sobre a integração do educando com necessidades especiais no sistema regular de ensino “No art.59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender as suas necessidades[...]”. (BRASIL, 2008, p.8).

No entanto, a integração deverá acontecer de forma individual, considerando cada caso em suas particularidades para que nesse processo o aluno comece a frequentar a classe comum e possa interagir com os demais colegas de classe. Segundo, BRASIL (1997,p.58) “porque o aluno surdo precisa de um modelo

orientador da Língua Portuguesa (modelo lingüístico nacional), pois no ambiente dos ouvintes que ele viverá sempre. É no contato direto com os falantes dessa língua que a aprendizagem se efetivará”.

A maioria dos deficientes auditivos apresenta dificuldades em todos os níveis da Língua Portuguesa. Nesse sentido a escola será responsável em fazer com que elas superem estas dificuldades, dando lhes instrumento linguísticos, o que os tornara capazes de conversar, ler, escrever, ou seja, utilizar a Língua de forma funcional e produtiva.

Rosa (2008, p.194) coloca que

Os alunos surdos que já freqüentaram um centro de atendimento Especializado ao Surdo (Caes) com certeza terão maiores facilidades na integração, pois adquiriram anteriormente experiências na vivência com os demais ouvintes durante a permanência das séries iniciais para depois ingressarem no ensino regular propriamente dito com o auxílio do profissional intérprete.

Percebe-se pela fala da autora que os alunos com dificuldades especiais que já tiveram um atendimento especializado têm menos dificuldades de adaptação nas escolas, principalmente aqueles que tiveram o auxílio de um intérprete na realização das atividades. Mas para que a inclusão seja realidade, é preciso que a sociedade se modifique e busque integrar o aluno com dificuldades de inclusão, nas escolas comuns e também que essas instituições se adaptem e criem centros de atendimento ou Escola Especial para surdos afim de oferecer apoio ao educando em contra turno na escola regular dando o devido apoio escolar bem como, subsidiar os professores e demais profissionais quando houver necessidade.

Com base no relato da autora entende-se que

incluir o aluno surdo não é somente colocá-lo numa turma com crianças ouvintes, pois para que a inclusão aconteça de forma prazerosa é necessário ter claro que integrar significa completar, adaptar, ou seja, é preciso que haja uma reciprocidade plena no processo de escolarização onde, assim como ouvintes, os surdos tenham acesso a uma educação de qualidade com complementação curricular específica e sejam respeitados como cidadãos. (Rosa, 2008, p.196).

É preciso desenvolver um trabalho conjunto com a família, professores, pedagogos, fonoaudiólogos e demais pessoas ouvintes que integram a comunidade escolar, pois quanto maior a convivência, sem discriminações maior a inclusão. Ao ingressar na instituição escolar o surdo utilizará a língua portuguesa e através da

oralidade o professor possibilitara o acesso ao desenvolvimento da escolaridade. Se possível possibilitar a criança o acesso a Libras a língua brasileira de sinais.

Sintetizando essa ideia, Mantoan (2003) ressalta:

A educação inclusiva é uma educação democrática, comunitária, pois supõe que professor saia de sua arrogância, falso domínio e tenha coragem de dizer não sei como trabalhar com uma criança que apresente alguma deficiência. De fato, pensamos que sabemos, mas geralmente fugimos do que desafia a nossa competência de ensinar.

Isso quer dizer que ao incluir o aluno surdo na instituição escolar o professor tem o direito e dever de pedir ajuda se acaso necessitar, hoje em dia algumas instituições já pode contar com o auxílio de um intérprete, a fim de facilitar a aprendizagem, porém em algumas a realidade é outra totalmente diferente, o aluno com deficiência é simplesmente incluído sem suporte algum ao professor.

A instituição escolar deve viabilizar aos seus educando, surdos ou não, um ambiente saudável, acolhedor, que proporcione condições de comunicação que garanta a aprendizagem através do acesso à grade curricular de cada série além das questões sociais, culturais, e históricas incluídas em cada formação a ser desenvolvida nesse espaço. Na resolução CNE/CEB nº2(2001), artigo 12, § 2.º diz que [...] deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares, mediante a utilização da linguagem e códigos aplicáveis, como o sistema em Braille e a língua de Sinais [...].

De acordo com Rosa (2008, p.197)

A utilização da língua de sinais deve ocorrer no processo educativo, quando houver a presença de aluno com deficiência auditiva, visto que este possui dificuldades para a compreensão de informações através da língua oral. Dessa maneira, os professores devem buscar o domínio da Língua Brasileira de Sinais como também ter o apoio de um profissional capacitado na área, no caso, um intérprete de Libras/ Língua Portuguesa.

O intérprete na instituição escolar será o mediador no ato de comunicação entre o aluno surdo com o professor, nos cursos, palestras, debates, visitas, provas, atividades extraclasse, eventos, gincanas, festas, onde os alunos com deficiência auditiva estejam envolvidos e façam parte do planejamento da escola, promovendo a integração no processo de adaptação escolar do aluno com surdez.

O intérprete deverá saber e aprender como usar a Língua de Sinais, e acima de tudo precisa entender os surdos, seus aspectos culturais, a riqueza de sua língua e ainda saber utilizar esses recursos.

Para Stainback e Stainback (1999, p.29)

Se realmente desejamos uma sociedade justa e igualitária, em que todas as pessoas tenham valor igual e direitos iguais, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossas escolas, para proporcionar aos alunos com deficiências as oportunidades e as habilidades para participar da nova sociedade que esta surgindo.

Vale ressaltar que o ato de interpretar é uma tarefa complexa que exige dos envolvidos não somente a prática de interpretação, mas um profundo conhecimento teórico sobre a área desenvolvida em sala de aula.

De acordo com ROSA (2008, p.198) existem algumas ações importantes que o intérprete de Libras/Língua Portuguesa precisa desenvolver no processo escolar:

- Ser membro ativo do processo de inclusão educacional;
- Desmitificar a língua de sinais à comunidade escolar;
- Participar de estratégias que facilitem o relacionamento entre o grupo escolar;
- Auxiliar no planejamento de atividades, já elaboradas e discutidas com o pedagogo nas horas-atividades, que aprimorem o aprendizado do surdo;
- Participar juntamente com os professores e pedagogos das adaptações dos conteúdos que serão exploradas em aula;
- Preparar, mediante o planejamento de aula do professor, as adaptações necessárias de vocabulário e conteúdo em Língua de Sinais para o momento da interpretação;
- Durante a hora-atividade dos professores, realizar sugestões e adaptações necessárias ao aprendizado do surdo, em conjunto com os professores e pedagogos;
- Em sala de aula seguir o “código de ética do intérprete”, tomando cuidado para somente interpretar e não explicar o conteúdo;
- Ser o interlocutor em sala de aula no momento em que o surdo quiser se dirigir ao professor (para tirar dúvida, pedir novas explicações, emitir sua opinião, comentar algo pertinente a aula, etc.);
- Participar das reuniões pedagógicas e de pais;
- Realizar, no momento estipulado para planejamento, troca com a instrutora de sinais para aperfeiçoamento da interpretação.

Diante do exposto não haveria necessidade de tantos problemas quanto ao processo de inclusão nas escolas regulares, uma vez que a Lei citada garante a estes indivíduos todas as garantias de estudar e aprender, sendo respeitados nas suas diferenças.

Percebe-se que quanto mais a escola manter informada a família e a sociedade sobre os direitos e deveres que nós enquanto cidadãos têm, maiores perspectivas de vitórias e conquistas terão.

A seguir ressaltamos os aspectos favoráveis e desfavoráveis, com relação à função exercida pelo intérprete em sala de aula, pois o mesmo pode ser visto como alguém que está ali para ajudar, mas também pode ser visto como uma pessoa que tira a autoridade do professor em sala. Ambos têm que respeitar o direito do outro e facilitar a convivência dentro e fora do ambiente escolar.

3.2 Aspectos favoráveis e desfavoráveis da função do intérprete em sala de aula

A inclusão vem tomando força ao passar dos anos, sabe-se que não basta o profissional ser formado na área a qual deseja atuar se não estiver preparado para as mudanças constantes. Antigamente não tínhamos direito a uma pessoa especializada em sala de aula, ou seja, o aluno com necessidades especiais era simplesmente colocado em sala de aula e o professor era obrigado a dar conta, e o preparo ele não tinha, hoje já está mudando agora podemos contar com intérpretes em sala.

Para Rosa (2008, p.199- grifo nosso)

Aspectos favoráveis:

- O aluno surdo aprende de modo mais fácil o conteúdo de cada disciplina;
- O aluno surdo sente-se mais seguro e tem mais chances de compreender e ser compreendido;
- O processo de ensino e aprendizagem fica menos exaustivo e mais produtivo para professor e alunos;
- O professor fica com mais tempo para atender aos demais alunos;
- A libras passa a ser divulgada e utilizada de maneira adequada;
- O aluno surdo tem melhores condições de desenvolver-se, favorecendo inclusive seu aprendizado da Língua Portuguesa (falada e/ou escrita).

Aspectos desfavoráveis:

- O intérprete pode não conseguir passar o conteúdo da mesma forma que o professor;
- O aluno não presta atenção ao que o professor regente diz, porque está atenta ao intérprete;
- Há necessidade de pelo menos dois intérpretes por turma porque a atividade é exaustiva;
- Os demais alunos ouvintes podem ficar desatentos, porque se distraem olhando para o intérprete;

- O professor regente pode sentir-se constrangido em estar sendo interpretado;
- O professor não interage diretamente com o aluno.

No entanto, cabe ao educador, compreender e fazer uso da comunicação e também da linguagem que o surdo utiliza para mediar o processo de ensino e aprendizagem, viabilizando assim a relação pedagógica entre professor e aluno e vice versa.

Marchesi (1997, p.56) afirma que “Os professores deverão preparar - se e sensibilizar-se para adotar as estratégias comunicativas mais adequadas e realizar adaptações curriculares específicas que contribuam também, ao progresso lingüístico do aluno surdo, pois desta forma este poderá ter mais chances de integrar-se”.

Nesse sentido, é de fundamental importância que o professor assuma a relação pedagógica com o aluno portador de necessidade auditiva sem discriminação, super proteção ou distinção para poder ajudá-lo a pensar, raciocinar e ter uma participação ativa no processo educacional a partir da realidade do mesmo.

Percebe-se, no entanto que durante as aulas, o professor deve dirigir-se diretamente ao aluno surdo, evitando ficar de costas quando estiver falando. Pois vale lembrar que ao falar o professor deve ser claro e objetivo, procurando manter um tom de voz normal, com boa pronúncia e articular bem as palavras, sem exageros.

Fonseca (2005, p. 45) acredita que: “É preciso preparar todos os professores com urgência, para se obter sucesso na inclusão, por meio de um processo de inserção progressiva, assim, eles poderão aceitar e relacionar-se com seus diferentes alunos e, conseqüentemente, suas diferenças e necessidades individuais”.

Para conseguir a atenção do aluno com surdez, o professor deverá buscar ter o auxílio do profissional intérprete, bem como, usar gestos convencionais ou um sinal. O professor deverá utilizar-se diferentes recursos para facilitar a compreensão do aluno com surdez como por exemplos: mímicas, dramatizações, materiais visuais, os lábios, entre outros. Buscando estimulá-lo a expressar-se oralmente, por escrito ou por sinais pelas atividades desenvolvidas.

3.3 O educador aprendendo a ensinar com igualdade

As expectativas de um professor ao assumir uma sala de aula no início de um ano letivo, o faz almejar que seja uma boa turma que não lhe dê tanto trabalho no decorrer do processo, no entanto, sabe-se que nenhum aluno vem com manual de instrução, ou seja, não são robôs onde o professor pode determinar o que fazer à hora de fazer e como fazer.

Para se obter um bom trabalho é fundamental que o educador esteja em conformidade com os objetivos da escola, dentre eles estão, compromisso, respeito, atenção, participação, motivação, bom relacionamento com os demais colegas de trabalho e comprometimento com a aprendizagem dos alunos, no entanto antes de ensinar um conteúdo, o profissional da Educação deve-se fazer algumas perguntas: A primeira seria a quem este conteúdo se dirige? A resposta seria: Às pessoas, aos seres humanos, sem diferenças e preconceitos. Nesse sentido Omote (2004, p.7) alega que

Todas as pessoas apresentam diferenças umas em relação às outras, fazendo crer que mesmo as mais graves patologias são apenas diferenças quaisquer; a ocorrência da anomalia faz parte da vida normal das pessoas, serem diferente é normal, e a convivência entre o deficiente e o não deficiente, com ênfase no ato de aprenderem juntas, fazendo crer que o simples fato de estarem juntos é necessário e bom para todos.

As diferenças existem, mas, é preciso que o bom educador busque soluções para ensinar com igualdade, visando sempre uma educação pautada na qualidade. A segunda questão a ser abordada é como o Educador está trabalhando para dar essa diversidade educacional?

Percebe-se que além das condições físicas e de suporte da escola, o educador, na perspectiva da diversidade, deve ser um profissional qualificado para poder organizar e gerir uma sala de aula. O mesmo deve ter conhecimento, bom relacionamento com seus educandos, ser didático, ter planejamento, saber o que vai fazer naquela aula e com aquele conteúdo. Nunca a área da didática, no contexto do educar na diversidade, tornou-se tão importante aos educadores, pois os professores, antes de pensar em ensinar precisa, assim para Rodrigues (2003, p.20)

1. Organizar e implementar um esquema geral de funcionamento da classe;
2. Conceber uma estrutura de organização de espaço, do tempo, dos recursos, dos alunos etc.;
3. Conceber e implementar uma estrutura de atividades de ensino, com seqüências e encadeamentos.

Pela citação do autor, um bom professor é aquele que organiza seu tempo fazendo com que sua aula seja prazerosa. Dessas recomendações de Rodrigues (2003) levanta-se a seguinte questão, não basta entender como se aprende, temos de descobrir nessa diversidade qual seria a melhor forma de ensinar?

Assim, para Rogers (1987,p.48), “nem sempre as expectativas dos professores é um processo tranqüilo, visto que estão diante de inúmeras culturas e diversos tipos de comportamento, experiências e vivências. É com a diversidade que eles têm que lidar, pois, sabe-se que no âmbito escolar não há grupos de alunos homogêneos, ou seja, diferenças existem para serem superadas e respeitadas por todos”.

Nesse caso uma pergunta que possivelmente deve ser feita pelo professor seria: Será que nós Educadores estamos preparados realmente para a Inclusão Escolar?

Essa pergunta é um pouco complexa. A legislação Brasileira esta modificando a cada dia, porém as práticas de ensino para muitos professores continuam as mesmas, no entanto

“uma dessas propostas seria a valorização da prática docente como espaço de pesquisa e intervenções, que possibilitariam aos alunos, regulares e especiais, alternativas na forma de ensinar e aprender. Não se descartaria as teorias pedagógicas já existentes, pois elas devem e podem ser utilizadas, mas, com os avanços da neurociência, o cérebro continua sendo o centro do processo de ensino-aprendizagem”. (MANSANERA, 2007, p.26).

As mudanças estão acontecendo de forma lenta e gradual e os professores devem se adequar a realidade, porém quando se fala em Inclusão de alunos Portadores de deficiência Auditiva, professores já ficam preocupados, pois seu despreparo é notável em todas as instituições de ensino. O professor não esta preparado fisicamente e emocionalmente e nem mesmo as instituições de ensino estão preparadas para o recebimento desses alunos, porém a lei esta cada vez mais clara igualdade de ensino a todos.

A aprendizagem acontece desde o momento em que a criança vem ao mundo, e a participação da família nesse contexto é de suma importância, assim como estar em contato direto com outras pessoas, estar em interação com seu grupo social, vai possibilitar o desenvolvimento de sua história pessoal. Com isso entende-se que a criança com deficiência auditiva deve ser inserida nas escolas valorizando seu conhecimento de mundo e respeitando seus direitos de cidadão.

Mansanera (2007, p.38) assevera que

O homem pode desenvolver diferentes formas de comportamento, aprender diferentes línguas, usar diversas estratégias para realizar suas ações e agir sobre a natureza. O processo de desenvolvimento humano é contínuo, estende-se pela vida toda e é, também, um processo integrado que abrange todos os aspectos da vida (o físico, emocional, social e cognitivo).

O contexto histórico, social, cultural e econômico é importante, principalmente porque nos auxiliam na compreensão acerca das organizações atuais de entendimento as necessidades educativas especiais em aprendizagem. Cada aluno se adapta facilmente ao contexto atual e supera os problemas de aprendizagem. Desde que o professor seja alguém que está ali para desenvolver um bom trabalho e seja qualificado na área.

Para Magalhães (2002, p.53)

Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem.

Entende-se sempre que nosso aluno precisa aprender o conteúdo novo, mas não se para, para procurar entender como nosso aluno apropria-se de determinados conhecimentos.

Importante se faz salientar que a dificuldade de perceber como adaptar o processo de ensino-aprendizagem para atender as especificidades educacionais exige do professor estudo e dedicação, assim como também exige dos cursos de formação de professores maior atenção para estas questões, uma vez que não somos preparados para adaptar o planejamento de nossas aulas para essas dificuldades escolares.

Magalhães (2002,p.53-54)

Uma pedagogia centrada na criança pode impedir o desperdício de recursos e o enfraquecimento de esperanças, tão freqüentemente consequências de uma instrução de baixa qualidade e de uma mentalidade educacional baseada na idéia de que “um tamanho serve para todos”. Escolas centradas na criança são além do mais a base de treino para uma sociedade baseada no povo, que respeita tanto as diferenças quanto a dignidade de todos os seres humanos.

Uma mudança de perspectiva social é imperativa. Por um tempo demasiadamente longo os problemas das pessoas portadoras de deficiências têm sido compostos por uma sociedade que inabilita, que tem prestado mais atenção aos impedimentos do que aos potenciais de tais pessoas.

O ensino inclusivo como desafio para o professor, que vai utilizar novas estratégias de ensino e aprendizagem para organizar sua sala de aula. Esse professor, para aprender e ensinar deverá ter boa relação com seus alunos, e também utilizar-se das descobertas da neurociência para inovar no seu atuar pedagógico.

De acordo com BRASIL (2000, p.12)

As manifestações sobre inclusão consideram necessária uma política que tenha como objetivo a modificação do sistema, a organização e a estrutura do funcionamento educativo e a diversidade como eixo central do processo de aprendizagem na classe comum. A mudança de entendimento à que se refere o documento respalda-se na confiança de que as mudanças estruturais, organizacional e metodológicas poderão atender as necessidades educativas e favorecer todos os estudantes, independentemente de apresentarem algum tipo de deficiência.

Entende-se que o que as pessoas devem buscar seja uma sociedade inclusiva com profissionais ativos e criativos que participem de manifestações contra o desrespeito e busque através do amor a valorização de cada ser humano. E através do trabalho em equipe possam solucionar os diferentes problemas existentes no quesito inclusão escolar. Em outras palavras um ser sensível e atento a tudo o que acontece ao seu redor, com uma visão transdisciplinar.

No entanto, para que exista realmente a inclusão escolar é necessário que haja a troca de informações entre a família do aluno, a escola e a comunidade, como nos propõe Carvalho (1998, p.193) “A operacionalidade da inclusão de qualquer aluno no espaço escolar deve resultar de relações dialógicas envolvendo a família, escola e comunidade, de modo que a escola ressignifique as diferenças individuais, bem como reexamine sua prática pedagógica”.

Acreditamos que por meio de um dialogo mais efetivo de todos os envolvidos no processo de aprendizagem do aluno dentro e fora da escola, e inclusive com o próprio aluno, pois ninguém melhor do que ele para saber do que necessita, é que iremos construir uma escola inclusiva e democrática.

3.4 O preconceito existe, mas cabe a cada um de nós lutarmos pela igualdade

As mudanças apesar de lentas e graduais estão acontecendo. Mesmo com o mérito de mudança a mentalidade social em relação às pessoas com deficiências são vistas como obstáculos, que devem ser superados. Só que um ambiente onde há realmente inclusão as diferenças são aceitas e a sociedade é que precisa estruturar-se para fornecer todas as condições de bem – viver aos cidadãos, pois de acordo com o SENAC- Serviço nacional de aprendizagem comercial (2005, p.154) “são os sistemas que se adaptam as necessidades dos indivíduos”.

Além do fato de enfrentarem os problemas de aprendizagens com alunos com dificuldades de relacionamento, problemas emocionais e sociais na sala de aula, tem que fazer o papel de mãe, pai, médico (a) e amigo (a) para com os alunos, nesta premissa, Esteve (1995, p. 102) esse processo vem se modificando com a quebra de paradigmas, antes, inquestionáveis.

Hoje em dia, muitos professores são obrigados a repensar sua atitude em relação à presença nas aulas de alunos que sofreram processos de socialização dispare e claramente divergentes. Por outro lado, os professores têm que assumir tarefas educativas básicas para compensar as carências do meio social de origem dos alunos, o que configura uma importante diversificação das funções docentes.

Percebe-se que uma das preocupações dos professores em relação à aprendizagem dos alunos não está ligada apenas a dificuldade de aprender, mas da extrema dificuldade em adquirirem conhecimentos pedagógicos e da percepção de mundo que eles têm sobre o mesmo, ou seja, para muitos, não há expectativas de futuro, apenas o hoje.

No entanto como o processo de incluir é um conceito relativamente recente, e as práticas de integração ainda estão muito presentes no cotidiano, costuma – se dizer que estamos vivendo uma fase de transição. E esta mudança não acontece sem conflitos. Mas cabe a nós educadores buscar a quebra desses conflitos.

Um dos requisitos é a quebra de barreiras arquitetônicas, pois as pessoas que desejam ingressar na sociedade, muitas vezes são impossibilitadas por preconceitos concretos: Obstáculos físicos, nas ruas, nas escolas, construções e meios de transporte. Hoje em dia as escolas estão se adaptando como podem os recursos que são repassados as instituições muitas vezes são insuficientes para a construção de banheiros adaptados, salas de recursos de multi-meios, professores capacitados na área para trabalhar com esse deficiente auditivo. Mas tudo isso vem mudando como já foi dito é um processo lento e gradual.

Em Aripuanã/MT, por exemplo, barreiras ainda existem e muitas, mas a busca pela inclusão é constante e se percebe. Foram contratados alguns profissionais como Fonoaudióloga, psicóloga, duas professores fizeram o curso em LIBRAS e trabalham atualmente nas escolas nas salas de multimeios, auxiliando os alunos e professores, visando sempre uma educação de qualidade.

De acordo com SENAC (2005, p.159):

Como a inclusão ainda esta sendo firmada por diversos segmentos sociais, na mesma medida que os incontáveis tipos de deficiências estão os obstáculos encontrados pelas pessoas com deficiência na sociedade. Entre eles estão a falta de prioridade no serviço médico de reabilitação e de estimulação públicos, insuficiência e incompreensão do sistema educacional e do mercado de trabalho, acarretando poucas oportunidades, poucos profissionais preparados, entidades especializadas trabalhando sem articulação entre si, famílias desassistidas, sem orientação e sem estímulo para encarar de outra forma a questão.

Ou seja, precisamos de profissionais preparados, famílias orientadas de seu papel frente à inclusão, mais cursos de capacitação que nos auxiliem na prática de como trabalhar com esse aluno entre outras coisas mais.

Até porque, os recursos inclusivos estão sendo aos poucos criados, aperfeiçoados e utilizados nas instituições de ensino que enfrentam o desafio. O começo pode se disser que começa através da aceitação das diferenças e da acessibilidade. Algumas medidas de acordo com o SENAC (2005, p.164)

- Infra - estrutura física adaptada (construção de rampas, adequação de portas, janelas, banheiros, mobiliário, telefones, bebedouros e demais elementos);
- Equipamentos adaptados (como por exemplo, para pessoas com deficiência visual, impressoras em braile, amplificadores de texto, sistemas de síntese de voz, softwares específicos);
- Materiais didáticos como livros, cartilhas, vídeos e CD-ROMs em braile ou com áudio (para deficiências visuais) ou em Libras (sigla correspondente a Língua Brasileira de Sinais, para deficiências auditivas);

- Capacitação de supervisores, coordenadores e docentes para o trabalho com pessoas com deficiência;
- Apoio de profissionais que conheçam as linguagens especiais.

Entende-se que não basta à tecnologia da acessibilidade, o que requer da comunidade escolar é uma nova postura frente ao novo paradigma. Ou seja, a aceitação das diferenças visto que a educação inclusiva é um direito de todos, não se prevê um conteúdo específico de acordo com as deficiências, mas existem adaptações de recursos didáticos e do ambiente escolar para a total inserção das pessoas com deficiência.

De acordo com o SENAC (2005, p.165) algumas sugestões para a mudança das práticas tradicionais do sistema escolar

- Atividades diversificadas;
- Pesquisas, debates e dinâmicas
- Avaliações que acompanhem a evolução dos alunos;
- A mudança da seriação para a adoção de ciclos de formação;
- A construção compartilhada de valores atitudes e conceitos em sala;
- A mudança de caráter normalmente burocrático e fiscalizador dos demais membros da comunidade escolar;
- Formação de assembléias e conselhos envolvendo alunos e familiares.

A inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva prevê que cada aluno desenvolva no máximo suas potencialidades, segundo suas possibilidades, incentivadas e compreendidas no ambiente escolar. As atividades e avaliações devem ser propostas e discutidas pela comunidade escolar com a participação efetiva da família, levando em consideração que cada aluno possui uma maneira individual.

Cabe a escola providenciar um intérprete de linguagem de sinais, profissionais como fonoaudiólogos, psicólogos ou entidades especializadas e conveniadas e um instrutor em Libras.

O professor deve segundo o SENAC (2005, p.168)

- Além da Língua de sinais, utilizar comunicações alternativas em sala de aula, como desenhos, mímicas e expressão corporal.
- Usar técnicas de avaliação de acordo com as necessidades dos alunos, considerando mais o conteúdo do que a forma pela qual ele se expressa.
- Não lançar mão de recursos que não sejam úteis ao aluno, como, por exemplo, o ditado – a não ser que ele possa ser realizado concomitantemente em língua de sinais.

- Proporcionar ao aluno lugar na primeira fila de carteiras.
- Utilizar prótese auditiva ou sistema de FM para amplificação do som ambiente.
- Não voltar às costas ao aluno e também não se posicionar contra a luz, pois o estudante pode estar realizando leitura de lábios.
- Fornecer copia dos textos com a terminologia específica das aulas com antecedência, para conhecimento anterior pelo aluno das palavras e do conteúdo.
- Não aplicar e escrever simultaneamente. Separar as seqüências, para ser mais claro ao aluno.
- Repetir quantas vezes for necessário as questões e comentários durante debates ou conversas, e indicar com gestos o colega que estiver se expressando.
- Escrever no quadro ou no caderno do aluno datas e informações importantes.

3.5 Órgãos Competentes e Leis Brasileiras que amparam Portador de Necessidades Especiais

Existem no Brasil muitas instituições voltadas aos interesses das pessoas com deficiência, mas existem três que são consideradas principais dentro da legislação: O ministério público, a CORDE – Coordenadoria Nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência e o CONADE – Conselho Nacional dos direitos da pessoa portadora de deficiência.

De acordo com o SENAC (2005, p.187) O ministério público é

Uma instituição independente dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com representações em cada Estado e na União. Os representantes do Ministério Público defendem os direitos Humanos e dos cidadãos, o patrimônio público, o meio ambiente e todas as questões voltadas ao cumprimento das leis e da constituição, atendendo as reivindicações populares e interesses e direitos coletivos. Uma de suas principais funções é a defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

A outra instituição é o CORDE da pessoa Portadora de Deficiência e pertence a

Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, do Ministério da Justiça. É responsável pela Política Nacional para a Integração da pessoa portadora de Deficiência. Atuando na gestão de políticas de Integração da pessoa portadora de deficiência, concentra-se na defesa dos direitos humanos e na promoção da cidadania. O órgão realiza os serviços de Secretaria Executiva do Conade – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. (SENAC,2005, p.187).

O CONADE é o órgão que:

Acompanha e avalia a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e as políticas públicas para pessoas com deficiência nas áreas de Educação, Saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e política urbana. (SENAC, 2005, p.187).

No caso dos municípios, para a defesa das crianças e adolescentes, a sociedade pode contar com os Conselhos Tutelares, estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que estão presentes em todos os municípios.

Logo abaixo apresento as leis que garantem direitos de igualdade a todos os cidadãos seja ele negro ou branco, pobre ou rico, deficiente ou normal, essas leis estão aí para serem severamente cumpridas pela sociedade, buscando igualdade de direito e respeito às diferenças:

- Constituição federal de 1988 – garante a todos os cidadãos, sem exceção, todos os direitos sociais.
- Lei nº 7.853 de 29 de outubro de 1989 – Saúde, trabalho e Educação são os principais aspectos tratados nessa lei, em relação às pessoas com deficiência. Criminaliza o preconceito.
- Lei nº 8.112 de 25 de dezembro de 1990 – trata das vagas para pessoas com deficiência nos concursos públicos.
- Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – A lei de diretrizes Bases da Educação Nacional aborda o ensino regular e o especial, realizando ainda distinções entre ambos.
- Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 – Trata da política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Estabelece mais diretrizes em educação, saúde, desporto, trabalho, cultura, lazer, turismo, acessibilidade, habilitação e reabilitação profissional e capacitação de profissionais especializados.
- Lei nº 10.048 de 08 de novembro de 2000 – Pessoas portadoras de deficiência têm atendimento prioritário, juntamente com gestantes, lactantes, indivíduos com mais de 65 anos e pessoas com criança de colo.
- Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 – A Libras – Língua Brasileira de Surdos e outros recursos associados a ela são reconhecidos nessa lei como meios legais de comunicação. (SENAC, 2005, p.190-191).

Como vemos, para que uma escola assuma a educação inclusiva, é imprescindível o conhecimento das leis, pois a mesma precisa-se adequar ao aluno com deficiência. É preciso um corpo de funcionários instruídos, para a boa convivência com portadores de deficiência. É fundamental ainda que a família e a comunidade do cotidiano escolar facilitem a integração entre alunos.

Até porque a escola inclusiva é a peça chave nesse processo, porque esta é apta a lidar com as diversidades. Trata-se na realidade de uma escola comum, mas que dá conta da tarefa de educar qualquer criança, mesmo que ele não possa ver,

ouvir, falar ou andar. E, faz isso sem afastá-lo do convívio com outros colegas, sem esconder sua deficiência, ou melhor, diferença.

Visto que ao afastar esse aluno o sistema comete vários erros: alimenta preconceitos e práticas discriminatórias nas crianças normais, ignora que a deficiência numa área é sempre compensada pela em outra, e assim despreza o potencial de seus portadores, esquece que todos podemos nos tornar deficientes um dia, e nem por isso poderão nos tirar o direito, desfrutado pelos normais de ir e vir, estudar e trabalhar, direito a ser diferente.

CAPITULO 4

4.0 A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES A RESPEITO DA INCLUSÃO DE DEFICIENTES AUDITIVOS

O texto a seguir traz dados obtidos pelos estudos bibliográficos e pesquisa de campo, na qual ampliou o meu conceito de Inclusão de portadores de deficiência auditiva, e possibilitou identificar os principais problemas enfrentados pelos Professores Alfabetizadores.

4.1 . METODOLOGIA

A pesquisa foi feita com dez professores alfabetizadores, três do 1º ano três do 2º e quatro do 3º ano do Ensino Fundamental, da Escola Municipal Professora Wilma Calvi Battisti, no Município de Aripuanã/ MT, para analisar suas concepções a respeito das dificuldades encontradas na Inclusão escolar de alunos portadores de deficiência auditiva e também para identificar os problemas que estes possivelmente enfrentam neste processo no seu dia a dia.

Foi elaborado um questionário com entrevista aberto e semiestruturado com quatorze perguntas para que os professores pudessem refletir e responder. Para não usar os nomes próprios, nomeados com letras: A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, na identificação dos professores.

Esta pesquisa foi realizada durante os meses de outubro, novembro e dezembro, estando em campo 2 (duas) vezes na semana, Utilizou-se máquina fotográfica para os registros do mesmo.

4.2. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Todos os professores alfabetizadores entrevistados da Escola, já possuem formação de terceiro grau e já está cursando Pós-Graduação. Isso mostra o interesse por parte dos professores, quanto em ampliar seus conhecimentos, e assim, desenvolver habilidades intelectuais e pessoais, enriquecendo a sua prática pedagógica, proporcionando a aprendizagem dos educandos.

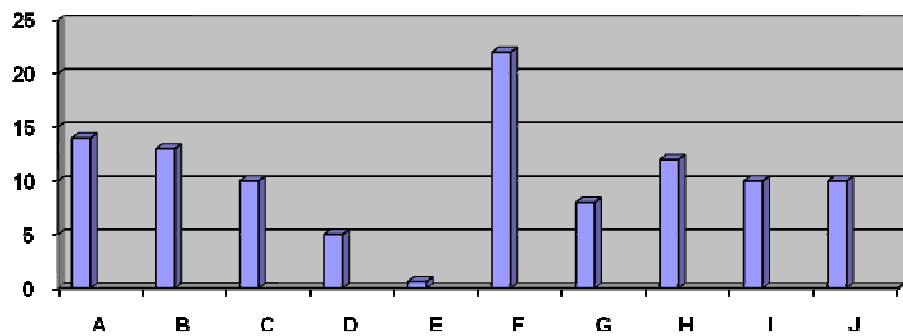


Gráfico 01: Anos de docência dos professores entrevistados
Fonte: SILVA, A.COSTA, 2011.

Podemos observar no gráfico 01 que a maioria dos professores, possui certa experiência em ministrar aulas, exceto uma que é iniciante, o restante já trabalha como professor a mais de cinco anos. Dentre esses anos trabalhados e, na alfabetização?

Tabela 01: Tempo de docência na alfabetização.

Números de professores	Anos na alfabetização.
01	18
01	12
03	11
01	07
01	06
02	05
01	1

Fonte: SILVA, A.COSTA, 2011.

A tabela 1 nos mostra que dos dez professores, uma trabalha na alfabetização há dezoito anos, uma a doze anos, três trabalham a onze anos, uma a sete anos, uma a seis anos, duas a cinco anos e uma a um ano. Como podemos observar somente uma tem pouca experiência com alfabetização, às demais já possuem vários anos de trabalho.

Quanto o que é alfabetizar, os professores B e I, responderam da seguinte maneira “É codificar e decodificar textos.” Alfabetizar para esses professores é somente ensinar o aluno a ler e escrever, ou seja, na leitura, ter a capacidade de

decodificar os sinais gráficos, transformando-os em sons, e na escrita, a capacidade de codificar os sons da língua, transformando-os em sinais gráficos. Porém, esse conceito de alfabetização, já foi sendo ampliado, a ponto de já não se considerar alfabetizado aquele que apenas domina as habilidades de codificação e decodificação.

Para os professores E e H “É um processo contínuo, onde as crianças desenvolvem várias áreas, intelectual e coordenação motora” (Professor E). “Acredito que é um processo contínuo, onde todos aprendem e desenvolvem a coordenação motora e também o intelectual” (Professor H). Na concepção desses professores, a alfabetização é um processo contínuo, na qual a criança consegue desenvolver apenas a inteligência e a coordenação motora.

O professor G entende alfabetizar como “É adquirir conhecimento e desenvolvimento.” Alfabetizar para ele é desenvolver o conhecimento, porém, não conseguiu se expressar de que maneira esse conhecimento e desenvolvimento ocorre.

Os professores, A, C, D, F e J, tiveram respostas semelhantes, na qual apresentarei somente uma “Alfabetizar não se resume apenas em codificar e decodificar, mas na capacidade de interpretar, compreender e produzir seu próprio conhecimento.” (Professor D)

Para esses professores alfabetizar não se resume apenas em codificar e decodificar, que aprender a ler e escrever é fatores necessários na alfabetização, entretanto esses fatores devem ser refletidos e analisados.

Sobre a Inclusão de alunos com deficiência auditiva, as respostas dos professores A, B, F e G foram parecidas “é muito importante, mas a escola numa escala geral não está preparada para isso. Um dos grandes problemas são a super lotação e também a falta de cursos que nos capacitem para receber esses alunos” (Professor A)

De acordo com esses educadores a escola não está preparada para receber alunos com deficiência auditiva, pois precisam de capacitação para poder haver a inclusão escolar.

Os professores D e E relatam que “em minha opinião sou contra a inclusão de qualquer que seja a deficiência, os professores não dão conta de fazer este trabalho e acabam deixando o aluno de lado, não respeitando os seus direitos como cidadãos. Se acaso houvesse antes de incluir este aluno uma capacitação, eu até

que toparia” (Professor D).“Na minha opinião sou contra a inclusão, visto que o profissional não esta preparado para receber esse aluno com surdez. É uma questão que deve ser repensada e discutida a todo momento”. (Professor E)

Aqui, esses professores se posicionam contra o fator inclusão. E ao mesmo tempo relatam que se houvesse capacitação eles aceitariam o ato de incluir alunos com deficiência auditiva.

Nesse sentido o educador precisa mesmo de cursos que o tornem cada vez mais capazes para alfabetizar e aprender a respeitar a individualidades e as potencialidades de cada aluno. Só que não basta somente cursos de capacitação o profissional deve realmente estar envolvido neste processo de inclusão.

Os professores H, I e J dizem que“As escolas já estão começando a se preparar para receber alunos com necessidades especiais seja ele surdo, mudo, cego a lei é clara nós como educadores devemos recebê-los e tratá-los com igualdade. No entanto alguns professores já estão se preparando através de cursos, palestras e pós-graduação em Inclusão. Acredito que deva haver mais pessoas além do professor para se trabalhar com esse aluno, como é o caso de um intérprete” (Professor H).“Todos somos cidadãos com direitos e deveres, portanto devemos conviver juntos. O aluno surdo deve começar desde cedo a fazer parte do contexto social, os alunos com surdez não devem mais ficar isolados em classe especial, o ato de inclusão é um ato de amor para com seu semelhante, respeitando as diferenças e individualidade”(Professor I).“Acredito na Inclusão, como Educadora devo respeitar a individualidade do aluno com surdez e com qualquer outra deficiência e ao aceitar esse aluno em sala comum estamos dando a ele o direito que é dado a todos os cidadãos brasileiro, o direito a igualdade, mas é claro devemos respeitar seu ritmo e buscar aprender um pouco mais sobre a Libras e também ter alguém para nos ajudar nesse atendimento” (Professor J).

Percebe-se, aqui, que esses profissionais já estão realmente preocupados com a questão inclusão, ou seja, buscando se aperfeiçoar cada vez mais através dos cursos que tem na localidade. E também respeitam a individualidade do ser humano, suas potencialidades dando os direitos iguais a todos.

De acordo com eles a escola precisa-se de pessoas capacitadas para os auxiliar como é o caso do intérprete. Esse profissional atuará diretamente no que diz respeito à necessidade de se comunicar dos surdos, seja no ato de interpretar ou traduzir, interpretando a fala do outro numa realidade compreensível ao surdo. Nota

– se que enquanto uns profissionais dão oportunidades para o que o aluno com surdez tenha uma vida mais participativa e ativa na sociedade, outros impõe lhes restrições ao exercício da cidadania plena de forma igualitária e democrática.

A escola e os professores a seu ver estão preparados para a inclusão? Com relação a essa indagação os professores foram unânimes. “Não, temos que aprender através da prática, durante anos vem se falando em incluir, no entanto as políticas educacionais são muito lentas e as escolas estão se preparando como podem fisicamente”.

Observa – se que os profissionais não estão preparados para a inclusão e apresentam despreparo para atuarem com alunos surdos. A escola também falta materiais estes que poderiam auxiliar os professores na inclusão desses alunos com necessidades especiais auditivas. Na verdade a inclusão esta acontecendo muito lentamente e algo deve ser repensado enquanto a preparação desses profissionais que se encontram muitas vezes perdidos frente às mudanças educacionais.

Quanto aos empecilhos os entrevistados se posicionaram, sendo o “principal empecilho esta na consciência de cada um de nós, porque, praticar a inclusão é rever hábitos, pensamentos e desejos de um mundo de igualdade a todos” (Professor A).

Nota – se por esse relato que os professores acreditam que o principal empecilho é o próprio ser humano, o preconceito existe e esta em cada um de nós e cabe a sociedade buscar a igualdade de direitos, valorizando cada pessoa e se conscientizando que a inclusão é pra ser algo prazeroso.

Os professores B, C e I suas respostas foram parecidas. “O principal empecilho esta na aceitação da comunidade no ser diferente, as pessoas devem aceitar e passar a fazer parte desta sociedade, respeitando seus valores, cultura e sua identidade”.(Professor C).

Observa-se que a preocupação desses educadores esta na aceitação da comunidade quanto ao ser diferente. As pessoas que fazem parte da comunidade devem procurar conhecer mais sobre os alunos com necessidades especiais se sensibilizando e conscientizando que o ato de incluir é de suma importância, visto que a criança portadora de necessidades especiais que tem contato com pessoas normais tem muito mais facilidade de se adaptar em escolas públicas regulares.

Os educadores D, E e J relatam que “ O principal empecilho esta no ato de incluir antes de capacitar” (Professor D). “O principal empecilho esta na maneira que

o governo impõe essa inclusão nas escolas e na sociedade antes de preparar o cidadão para os conflitos existentes” (Professor E). “Eu penso que o empecilho existe e esta na forma que nós mesmos utilizamos para a inclusão” (Professor J).

Aqui os professores deixaram um pouco a desejar, visto que os mesmos não tenham conhecimento aprofundado sobre o tema estudado. O que eles quiseram dizer deva ser que a maneira a qual é imposto o aluno ao professor seria o grande empecilho, visto que não possuem capacitação para que a inclusão realmente aconteça. No entanto deixo registrado aqui que não basta somente você ser capacitado, mas, o profissional deve gostar da profissão e deixar que as coisas aconteçam, pois o mesmo só tem a ganhar.

O professor F e H pensam de maneira parecida, no entanto será retratado de uma única maneira: “Acredito que não há nenhum empecilho concreto e sim devemos nos conscientizar que a humanidade é composta por pessoas com direitos iguais que devem ser respeitado independente de cor, raça, diferença, religião e assim por diante” (Professor H).

Nesse sentido percebe-se a importância da valorização da diversidade, pois apreendida como uma mudança de mentalidade, a inclusão passa a nos sensibilizar como um exercício cada vez mais presente na atualidade.

As maiores dificuldades encontradas para alfabetizar alunos com deficiência auditiva, para os professores A, F e J: “A maioria dos alunos tanto normais quanto especiais vem sem noção nenhuma para a escola. Às vezes com falta de coordenação motora e de acompanhamento dos pais. E com relação ao deficiente auditivo deve ser bem pior essa transmissão, pois não domino a Língua Brasileira de Sinais” (Professor A). “A maior dificuldade esta em não sabermos a língua Brasileira de Sinais, pois deve ser muito difícil passar um conteúdo através de gestos” (Professor F). “Na verdade não sei, pois ainda não tive a oportunidade de dar aulas a um deficiente auditivo, mas acredito que seja o modo de repassar os conteúdos sem o domínio da Libras” (Professor J).

Na visão do professor A o aluno é vazio de conhecimento e sem coordenação motora, esquecendo que a criança desde os primeiros anos de vida já começa desenvolver sua coordenação. O que se deve desenvolver no início da alfabetização na escola, é a coordenação “motora fina”. O professor, no entanto deve valorizar o que o aluno traz em sua bagagem e proporcionar maneiras para facilitar a alfabetização.

Os professores F e J deram pra perceber que eles não trabalharam com deficientes auditivos e, no entanto acreditam que seria difícil transmitir os conteúdos, visto que não tem domínio da Língua Brasileira de Sinais.

Já os professores B e D responderam que “Devido à criança não saber escrever, eu encontro dificuldades de ensinar leitura e interpretação. Quanto aos alunos com necessidades auditivas ainda não tive oportunidade de trabalhar com os mesmos.” (Professor B).

Esses professores não consideram a oralidade da criança, valorizando somente a escrita. E também nunca deram aula para uma criança portadora de necessidades auditivas não sabendo então como trabalhar a alfabetização com os mesmos.

Os professores C, G e I relataram que “A maior dificuldade é desenvolver a leitura e escrita, pois o ritmo é diferente” (Professor G).

Eles parecem querer uma sala de aula homogênea, compreendo que isso é impossível, porque cada pessoa independente de ser especial ou não tem um ritmo de desenvolvimento, tanto pessoal quanto intelectual e isso deve ser respeitado, e também existem muitas diferenças entre as classes sociais e as diferentes culturas existentes no nosso município, Estado e País.

Os professores E e H percebem que “A maior dificuldade encontrada para alfabetizar hoje, é a falta de interesse e concentração dos alunos e com relação aos alunos com necessidades especiais não acredito que seja diferente” (Professor E). “Acredito que quando há interesse em aprender tudo é possível” (Professor H).

A maior dificuldade na visão desses professores é a falta de interesse e concentração por parte dos alunos, percebo que isso não esta acontecendo só na alfabetização, pois é muito comum ouvir isso de outros professores que não trabalham com a alfabetização.

Os professores, não valorizam o conhecimento adquirido pelo aluno em seu cotidiano, enxergando-o como uma tábua rasa, vazio de conhecimento.

Quanto aos obstáculos na instituição em que trabalha para a inclusão de alunos portadores de deficiências auditivas, a resposta foi unânime todos os professores relataram que é a falta de um profissional capacitado para auxiliá-los na aprendizagem desse aluno, uma das professoras entrevistada ainda disse “como seria bom ter um intérprete na escola, mas sabemos que tudo isso gera gastos e, no entanto tentamos de tudo para que se sintam em casa assim como os demais

alunos” (Professor G). Percebemos pelo relato dessa professora o quanto seria importante para o aluno com necessidades especiais auditivas um intérprete, pois ele o ajudaria e proporcionaria a criança uma melhor compreensão sobre os temas a serem estudados na escola.

Na atualidade existe uma grande preocupação do educador quanto à questão de alfabetizar e letrar uma criança, no entanto, quanto ao termo letramento, tivemos os seguintes relatos dos professores A, B e E “Letramento é conhecer as letras, saber escrever” (Professor A). “Letrado, mas não alfabetizado apenas reconhece os códigos” (Professor B). “É um conjunto de aprendizagem onde o professor prepara a metodologia para depois colocar em prática aos alunos” (Professor E). Apesar desses professores relatarem que já ouviram o termo letramento, eles ainda não compreenderam o seu significado.

O professor I relatou “É o conhecimento de mundo que a criança tem, fazendo a leitura do mesmo”. Na visão desse professor, letramento é o conhecimento de mundo que a pessoa tem, mas ele se esqueceu de mencionar que aprender a ler e escrever e fazer uso dessas habilidades em práticas sociais, isso também faz parte desse processo.

Os professores C e J responderam “Ler textos escritos, imagens, ilustrativos e interpretá-los. É ler o mundo que nos rodeia, é saber usar as leituras também em nossas vidas” (Professor C). “Como uma apropriação da linguagem escrita, como ferramenta de pensamento e comunicação” (Professor J).

Os professores G, F, H e D, relataram “É um exercício efetivo, ler e escrever para as práticas utilizadas no dia a dia.” (Professor G). “É o resultado da ação de ensinar a ler e escrever. É considerado letrado o indivíduo que não só sabe escrever, mas também faz uso competente e frequente da Leitura e da escrita, letramento é a ampliação do sentido de alfabetização.” (Professor F). “Tornar o aluno capaz de entender e fazer uso social e cultural da leitura e escrita, para informação e divulgar em todos os sentidos.” (Professor H). “letramento é o estado daquele que não só sabe ler e escrever, mas que também faz uso competente e freqüente da leitura e da escrita” (Professor D).

Por ser uma palavra que ainda não é dicionarizada no Brasil, muitas pessoas ainda não trabalham e não tem o conceito de letramento. Implícita nesse conceito está a ideia de que o domínio e o uso da língua escrita trazem consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, linguísticas, quer

para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprenda a usá-la.

Desse modo, os usos sociais da escrita e as competências a eles associado são muito variados, que vão (ler um bilhete simples a escrever um romance), é frequente levar em consideração níveis de letramento, tendo em vista as diferentes funções e as formas pelas quais as pessoas têm acesso a língua escrita.

Perguntamos também se na concepção de cada professor, os alunos estão sendo alfabetizados ou letrados.

Os professores B, C, F, G e H colocam que “Eles estão sendo alfabetizados e não letrados, conhece muita leitura de mundo, mas não consegue usá-las para ter uma vida melhor e digna.” (Professor B). “Conforme o trabalho do professor, se ele trabalha com textos dissociados com seu dia a dia não estará letrando, mas com textos na realidade do aluno. Acho que estão sendo mais alfabetizados do que letrados, pois os textos trabalhados em sala de aula estão muito relacionados com o livro didático, porém fora da realidade do aluno.” (Professor C).

O professor F continua dizendo que para ela a “Alfabetização e letramento devem andar juntos, procuro focar o trabalho voltado para a aquisição da compreensão da linguagem oral e escrita, de maneira que ocorra o desenvolvimento das capacidades.” “Infelizmente os alunos estão apenas sendo alfabetizados, pois a maioria deles sabem apenas ler e escrever, não conseguem, interpretar e produzir conhecimento.” (Professor G). “Olha no meu ponto de vista depende do professor. Por exemplo, posso dizer que antes da faculdade, eu alfabetizava meus alunos e ainda ignorava se era letrado ou não. Após concluir a faculdade e com mais conhecimento sobre o assunto, procuro desenvolver os dois alfabetizar e letrar.” (Professor H).

Com os relatos dos professores percebo que a maioria, disseram que os alunos estão sendo mais alfabetizados do que letrados. O cidadão de hoje vive em uma sociedade letrada e tecnológica. A realidade cria, a todo o momento, desafios que exigem uma visão mais crítica e ampliada sobre os recursos que estão a nossa volta.

Os professores A, D, E, I e J relataram que “O professor deve alfabetizar e letrar ao mesmo tempo, deve respeitar o que o aluno traz em sua bagagem para facilitar na aprendizagem”. (Professor A). “Em minha opinião vivemos em um mundo letrado, a criança ao chegar à escola já tem um conhecimento bem amplo sobre a

realidade que o cerca, no entanto cabe ao professor e a escola estimular esse conhecimento através de atividades prazerosas. Alfabetizar e Letrar, no entanto devem andar sempre juntas.” (Professor D). “A meu ver alfabetizar letrando é fazer com que a criança aprenda a ler e desenvolve a interpretação”(Professor E). “Alfabetizar e letrar uma criança é valorizar o que o aluno traz consigo de sua casa. E também oferecer textos que estimulem a sua criatividade como: charge, histórias em quadrinhos e desenhos para os mesmos criarem textos”(Professor I). “Alfabetizar e Letrar é oferecer textos criativos que fazem parte do cotidiano da criança levando-os a refletir, pensar e buscar soluções para os problemas encontrados no seu dia a dia”.(Professor J).

Sendo assim, é tempo de a escola adequar à ação pedagógica a essa realidade que nos cerca. Ela continua a ser um dos poucos espaços em que a sociedade pode se comprometer com a democratização do acesso às linguagens que constroem o pensamento e o cidadão. E o espaço escolar tem o compromisso de formar cidadãos autônomos e conscientes. Ela deve contribuir para que as pessoas se posicionem criticamente perante o universo de informações a que são expostas diariamente.

Nesse sentido percebemos que é pela Libras, ou seja do meio espaço visual, que o surdo interage e interpreta o mundo a sua volta. Portanto, é papel da escola alfabetizar os alunos num contexto letrado, em que existam práticas sociais de leitura e escrita.

Alfabetizar letrando é um desafio que implica refletir sobre as práticas e as concepções por nós adotadas, ao proporcionar a nossas crianças o mundo da escrita, é necessário analisarmos e recriarmos nossas metodologias de ensino, a fim de garantir, o mais cedo e da forma mais eficaz possível, esse duplo direito: de não apenas ler e registrar palavras numa escrita alfabética, mas de poder ler, compreender e produzir os textos que compartilhamos socialmente como cidadãos.

A alfabetização se estende nos primeiros anos iniciais do ensino fundamental e o letramento para o resto da vida. O indivíduo quando alfabetizado adquirir mais conhecimento de leitura, tem capacidade de atribuir sentido ao texto, e assim o seu letramento vai sendo ampliado. Não existe grau zero de alfabetização no mundo, o que existem são graus de letramento. Dessa maneira a alfabetização é um processo, dentro do processo de letramento, portanto os dois caminham juntos.

Em sequência foi perguntado aos professores se eles acreditam num mundo de inclusão, onde as pessoas são iguais, e por isso tem os mesmos direitos a uma educação de qualidade.

Os professores foram unânimes todos disseram que acreditam que o mundo mudará, mas que esse processo de inclusão acontecerá lentamente. É difícil trabalhar com a inclusão, porém não é impossível, nós temos medo de arriscar a fazer coisas novas, no entanto a mudança surge da inovação dos professores, da parte administrativa da escola, da comunidade do bairro, e por fim, da sociedade como um todo: ela não pode ser exclusivamente de uma lei abstrata construída por homens.

O ser humano deficiente não é só uma pessoa diferente, como algumas pessoas querem acreditar, ele é realmente deficiente e tem suas limitações orgânicas ou físicas. O ato de incluir o deficiente deve ser revistos cuidadosamente. Pois todos nós temos direito a uma educação de qualidade.

O preconceito existe, mas cabe a nós cidadãos brasileiros lutar pela igualdade. Nesse sentido quanto maior o convívio, sem discriminações, maior será a inclusão de portadores de necessidades auditivas.

Até porque através do relacionamento entre os indivíduos diferentes entre si, previsto na sociedade inclusiva, é que se constrói e se fortalece a cidadania. A inclusão, então nunca poderá ser vista como um favor, de colocar para dentro da sociedade aquele que esta fora, mas deve ser vista como uma troca. Todos saem ganhando, pela convivência entre a diferença e a transformação da sociedade em busca da realização de todos.

Para que se aconteça realmente à inclusão é preciso que a sociedade se modifique, eliminando as barreiras impostas às minorias, principalmente pelo tão falado preconceito. Ainda em, Novembro de 2011 percebeu-se que existem pessoas que ainda não aceitaram a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais seja ela auditiva, mental, visual, física entre outras nas unidades de ensino regular.

A inclusão é um grande desafio e estas professoras entrevistadas estão dando sua contribuição enfrentando esse desafio aceitando o ingresso dos alunos com necessidades especiais auditivas no ensino comum, tratando – os de maneira igualitária já que o principio da escola inclusiva é de que todos os alunos sempre que possível devem aprender juntos respeitando suas dificuldades e diferenças.

CONCLUSÃO

A pesquisa nos mostra que a língua de sinais tem um significado muito importante para os surdos, faz com que os surdos desenvolvam autonomia de se comunicar no mundo dos falantes.

Cabe a cada educador não cruzar os braços, mediante as dificuldades existentes e sim buscar o aperfeiçoamento constante. Numa época em que há um constante desenvolvimento e a tecnologia avança a cada momento, é necessário acompanhar a evolução com urgência, buscar recursos, usar novas metodologias, criar espaço especificado para as diferentes disciplinas possibilitando a facilitação e a integração de todos os envolvidos neste processo.

Percebe-se que há uma busca pela compreensão integral do portador de deficiência auditiva, e a tentativa de estruturar uma lei que seja, ao mesmo tempo, abrangente o suficiente para comportar os vários modelos e tipos de deficiência, no que se refere à busca pela capacitação e integração do ser humano.

Muito tem se falado em inclusão, porém se a sociedade que deseja a inclusão não se sensibilizar e buscar garantia de seus direitos lingüísticos, nos mais diversos campos sociais: o direito à educação bilíngüe, o direito à saúde, o direito a ser atendido dignamente com intérprete nos serviços públicos e privados, o direito a filmes legendados, o direito a ser surdo. Sem essa luta constante a inclusão demorara um período maior.

Durante a realização da pesquisa percebe-se que a grande preocupação dos professores enquanto o quesito inclusão de deficientes auditivos alega que não estão preparados, porém estão buscando se aperfeiçoar e fazer com que realmente a inclusão aconteça de forma agradável a todos.

O preconceito existe sim, mas ao incluir um deficiente auditivo estamos dando a ele o direito à educação igualitária, ele não precisa mais ser incluído em escolas especiais e sim ter um tratamento especial juntamente com os alunos normais. O trabalho em grupo é de fundamental importância para que todos aprendam a valorizar a opinião do próximo.

Cabe ao professor incentivar seus alunos ao ato de incluir e passar a eles que as diferenças existem, mas que somos nós os responsáveis para a quebra desta barreira. Devemos respeitar a individualidade de cada um, proporcionando atividades voltadas para o bem de todos.

A escola deve tornar-se sensível ao ritmo da evolução social e tecnológica. Assim como também para o professor que deve encarar como forma permanente os diversos tipos de funções a serem exercida, procurando além de incentivar, mostrar que todos são capazes de aprender.

É necessário buscar o aperfeiçoamento e também que o professor possa se libertar de determinadas práticas rotineiras, tendo oportunidade de consagrar mais tempo à observação psicopedagógica, dando lugar a intervenção junto ao aluno no momento em que ele achar mais importante.

A aprendizagem da língua portuguesa é mais difícil e prolongada, mas é necessário e importante para a comunicação com os ouvintes e a sociedade. Então, precisará de condições especiais para aprender esta língua que não é natural, para não ser discriminada.

O ideal seria que o aluno portador de necessidades auditivas tivesse desde sua infância o conhecimento das duas línguas. A cada língua que aprendemos ampliamos a percepção que temos do mundo e as possibilidades de interpretar as situações da vida cotidiana.

Mas para que isso aconteça deveria haver mais contratação e disponibilização de mais recursos vinculados a Educação para o atendimento desses alunos. As leis falam algo, porém, na realidade tudo é mais difícil, o que se vê é a falta de profissionais capacitados na para trabalhar com essa criança surda.

A inovação educacional é necessária, mas só isso não basta, precisa-se de estímulos entre alunos, professor e família, para a construção do conhecimento. Pois se sabe que cada criança aprende com a família e com a sociedade a qual pertence. Cada grupo familiar tem seu código, sua maneira própria de viver. É preciso ter paciência e assim acreditar que todos são capazes.

Espera-se que a Educação Inclusiva seja olhada e repensada com mais carinho, pois cada um aprende dentro do seu limite e com muita vontade de poder participar do processo ensino aprendizagem, não como um aleijado ou doente, mas como um ser humano cheio de qualidades e vontade de aprender.

Espera-se que a Inclusão de deficientes auditivos seja efetivada de forma global e irrestrita, ou seja, que não fique somente em leis, pois os mesmos já ficaram segregados por muito tempo em escolas especializadas e agora que existem leis que o amparam para seja tratado de igual para igual, basta lutar para que esses direitos sejam cumpridos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Coordenadoria Nacional para a integração da Pessoa Portadora de deficiência (CORDE). **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília, 1994a.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: CNE/CBE, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Educacional na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. **Deficiência auditiva**. Brasília: SEESP, 1997. (Série atualidades Pedagógicas, n.4).

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de educação Especial. **Educação para todos**. EFA 2000. Avaliação: políticas e programas governamentais em educação especial. Brasília: MEC/SEESP, 2000.

BRASIL, **Congresso Nacional. Constituição da República Federativa**, Brasília: Senado Federal 1988.

BRASIL. Presidência da República. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996b.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Integração social e educação de surdos**. Rio Janeiro: Editora Babel, 1993.

BUENO, Silveira; **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD, 2001.

CARVALHO, Rosita E. **Temas em Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

ESTEVE, J. M. (1995) **Mudanças sociais e função docente**. In A. Nóvoa (1995). **Profissão professor**. Porto, Portugal: Porto Editora.

FARIAS, Severina Batista de. **As tecnologias da informação e comunicação e a construção do conhecimento pelo aluno surdo**. Dissertação (mestrado em Educação Popular) – programa de pós graduação em educação Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 94p . 2006.

FELIPE, Tanya Amara. **Bilingüismo e surdez. Anais I Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada**. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1983.

_____. **Libras em contexto**: curso básico. Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Libras em contexto**: curso básico (livro do professor).2 ed.rev.MEC/SEESP/FNDE.v.IEii.Brasília: Programa de apoio a Educação dos Surdos, MEC/SEESP:2001.

FENEIS **Libras em contexto**. Curso básico. Rio de Janeiro, 1997.

FERNANDES, Sueli. **Apostila do curso de pós graduação Educação Bilíngüe para Surdos**. Paraná: Ipê, 2008.

FERREIRA. A.B.H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova fronteira; 1998.

FONSECA, V. **Educação Especial**. Porto Alegre. Artes Médias, 1995.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo. Paz e Terra, 1991.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOUREIRO, Maria Albenice Ramos e SANTOS , Maria Dorotea de J. Mourão. **TCC Educação Especial: Inclusão do deficiente auditivo em turmas regulares**. Belém 2002.

MAGALHÃES, Rita de C.B.P. **Reflexões sobre a diferença: uma introdução a Educação Especial**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha 2002.

MANSANERA, C. de Q.; NUNES, L. de S. LIMA, V., S. **Políticas estratégicas de educação Inclusiva.** In: Cadernos de Conteúdos e Atividades do curso de Normal Superior. Palmas, TO: UNITINS, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Todas as crianças são bem vindas na escola.** São Paulo: Moderna, 2003.

MARCHESI, Álvaro. A educação da criança surda na escola integradora. In: COLL Cesar; PALÁCIOS, Jesus; MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento Psicológico e Educação:** necessidades Educativas Especiais e aprendizagem escolar. Rio de Janeiro: Artmed, 1997.v.3.

MAZZOTTI, Tarso B. **Produção escolar. Caderno educativo.** Jul.dez, 1989.

OLIVEIRA. P; CASTRO. F; RIBEIRO.A; Surdez infantil. **Revista Brasileira de Otorrinolaringologia.** Vol.68, nº3, 2002.

OMOTE, Sadao (org). **Inclusão: Integração e Realidade.** Marília: Fundepe, 2004.

PROJETO ESCOLA DE GENTE. **Manual da mídia legal: Comunicadores pela inclusão.** Rio de Janeiro: WVA Ed., 2002.

PEIXOTO, R.C. **Algumas considerações sobre a interface entre a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda.** Caderno Cedes, campinas vol.06 nº69 mai/agost 2006.

RODRIGUES, Armindo J. **Contextos de Aprendizagem e Integração/ Inclusão de alunos com necessidades educativas especiais.** In: RIBEIRO, Maria Luiza S.;

BAMEL, Roseli Cecília de C. (orgs.). **Educação especial:** do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.

ROGERS, C. (1987) **Psicologia social de ensino.** Madrid: Visor/MEC.

ROSA, Suely Pereira da Silav; DELOU,Cristina Maria Carvalho; Oliveira,Eloíza da Silva Gomes de / **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008. 320 p.

SACKS, Oliver, **Vendo vozes**: uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio Janeiro:Imago, 1989.

SASSAKI, Romeu. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SENAC.DN.**Transversalidade e Inclusão: Desafios para o Educador**/Rosane Carneiro;NelyWyseAbaurre; Mônica Armon Serrão et AL. Rio de Janeiro: Ed.Senac Nacional, 2005. 208 p. (Didática para Educação Profissional).Inclui Bibliografia.

SILVA. Simone Gonçalves de Lima. Monografia apresentada na Universidade Federal de Santa Catarina. **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: das políticas as práticas pedagógicas**. 2008 Florianópolis SC.

SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Letramento em texto Didático**: O que é letramento e alfabetização? Belo horizonte: Ceale/Autêntica, 1998.

_____. **Letramento**: Um tema em três gêneros. Belo Horizonte. Autêntica, 2004.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: Uma guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

Foi elaborado um questionário que será apresentado da seguinte maneira:

1. Qual sua formação?
2. Quanto tempo você trabalha como professor?
3. E na Alfabetização?
4. O que é Alfabetizar para você?
5. Qual sua opinião sobre a inclusão de alunos com deficiência auditiva, sendo você um Alfabetizador?
6. A escola e os professores estão preparados para a inclusão?
7. Qual o principal empecilho para o quesito inclusão escolar?
8. Quais as maiores dificuldades encontradas para Alfabetizar alunos com deficiência auditiva?
9. Quais são os maiores obstáculos na instituição em que trabalha para a inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva?
10. Como você entende o termo Letramento?
11. Na sua concepção os alunos devem ser Alfabetizados ou Letrados?
12. Vocês como educadores acreditam num mundo de inclusão, onde todos são iguais e por isso tem os mesmos direitos a uma educação de qualidade?